

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MATHEUS MARCOS MORAIS DE QUEIROZ

**QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NO MERCADO DE CAPITAIS
BRASILEIRO: EFEITO DA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO RELATÓRIO DO
AUDITOR INDEPENDENTE**

JOÃO PESSOA

2020

MATHEUS MARCOS MORAIS DE QUEIROZ

**QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NO MERCADO DE CAPITAIS
BRASILEIRO: EFEITO DA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO RELATÓRIO DO
AUDITOR INDEPENDENTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como requisito para a obtenção da titularidade de Mestre no Exame da Banca.

Linha de Pesquisa: Informação Contábil para Usuários Externos

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante

JOÃO PESSOA

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

Q3q Queiroz, Matheus Marcos Morais de.
Qualidade da Informação Contábil no Mercado de Capitais Brasileiro : Efeito da Implementação do Novo Relatório do Auditor Independente / Matheus Marcos Morais de Queiroz. - João Pessoa, 2020.
52 f. : il.

Orientação: Paulo Cavalcante.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Auditoria contábil. 2. Auditoria Independente. 3. Processo Regulatório. 4. Novo Relatório do Auditor. 5. Qualidade da Informação Contábil. I. Cavalcante, Paulo. II. Título.

UFPB/BC

CDU 657.6(043)

MATHEUS MARCOS MORAIS DE QUEIROZ

**QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NO MERCADO DE CAPITAIS
BRASILEIRO: EFEITO DA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO RELATÓRIO DO
AUDITOR INDEPENDENTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como requisito para a obtenção da titularidade de Mestre no Exame da Banca.

Comissão Avaliadora:

Prof. Dr. Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante
Universidade Federal da Paraíba
(Orientador)

Prof. Dr. Orleans Silva Martins
Universidade Federal da Paraíba
(Examinador Interno)

Prof. Dr. Erivan Ferreira Borges
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(Examinador Externo)

Emitido em 25/09/2020

FOLHA Nº 58/2020 - PPGCC (11.00.52.03)
(Nº do Documento: 58)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 25/09/2020 14:29)
PAULO ROBERTO NOBREGA CAVALCANTE
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
1287709

(Assinado digitalmente em 25/09/2020 11:52)
ORLEANS SILVA MARTINS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
1775506

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número:
58, ano: 2020, documento (espécie): FOLHA, data de emissão: 25/09/2020 e o código de verificação: 31385554b3

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo suporte e incentivo dado até aqui, em especial aos meus pais, Maria Edineide e Jair Morais e às minhas irmãs Aline, Larissa e Thalita, vocês são a base de tudo. Gratidão à minha mais nova família, Segundo Sena e Dione Sena que me motivaram para seguir até o fim.

Ao corpo docente do PPGCC/UFPB, em especial ao meu orientador, Dr. Paulo Roberto, a quem serei sempre grato por todos os ensinamentos e discussões que fizeram de mim, neste processo, alguém mais capacitado para seguir minha carreira profissional. Aos amigos e colegas do mestrado, em especial a Dyliane e Francisco Júnior, a todos o meu muito obrigado.

Por fim, agradeço ao Universo pela permissão de concluir essa etapa do meu projeto de aprimoramento profissional. Minha eterna gratidão!

RESUMO

A auditoria independente de demonstrações contábeis, enquanto atividade, tem o papel de ser o agente entre a informação preparada pelo administrador e o usuário da informação (Healy & Palepu, 2001). Nas últimas décadas, no entanto, após escândalos corporativos envolvendo grandes empresas, órgãos reguladores se mobilizaram a fim de restaurar a confiança do mercado através de padrões que viabilizariam relatórios de auditoria com maior nível de transparência e informação. Em janeiro de 2015, após um processo de reestruturação que foi chamado de *Auditor Reporting Project*, o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) divulgou novas normas as quais trouxeram alterações relevantes no relatório do auditor independente. Entre as inovações trazidas na estrutura do relatório do auditor, a principal delas foi a inclusão dos *Key Audit Matters* (KAM) denominado no Brasil de Principais Assuntos de Auditoria (PAA). Nesse sentido, o objetivo deste trabalho consistiu em analisar a influência da implementação do Novo Relatório do Auditor (NRA) na qualidade da informação contábil do mercado de capitais brasileiro. Como *proxies* para a qualidade da informação contábil, esta pesquisa envolveu os atributos de persistência dos lucros (Dechow & Schrand, 2004), conservadorismo (Ball & Shivakumar, 2005) e gerenciamento de resultados (Pae, 2005). Com base em dados de 216 companhias não-financeiras listadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), tais *proxies* foram estimadas para o período anterior (2013-2015) e posterior (2016-2018) à implementação do NRA. Os resultados demonstraram que houve melhoria na qualidade da informação contábil relacionada ao atributo do conservadorismo após a implementação do NRA; persistência dos lucros e gerenciamento de resultados, por outro lado, não indicaram resultados de melhoria. Adicionalmente, em empresas onde assuntos com natureza de despesa (PAAs) foram relevantes na condução do trabalho do auditor, e por ele reportados ao mercado, foi constatada uma maior incidência de gerenciamento de resultados. A pesquisa contribui com a literatura da qualidade da informação contábil (*earnings quality*) e evidencia a relevância dos processos regulatórios no segmento da auditoria independente, bem como o seu reflexo nas demonstrações financeiras. Ademais, os achados podem auxiliar *stakeholders* na tomada de decisão pautada em um melhor entendimento sobre as dimensões do relatório do auditor independente, além de fornecer aos órgãos reguladores informações úteis para processos regulatórios futuros.

Palavras-chave: Auditoria independente. Processo Regulatório. Novo Relatório do Auditor. Qualidade da Informação Contábil.

ABSTRACT

The independent audit of financial statements, as an activity, has the role of being the agent between the information prepared by the administrator and the user of the information (Healy & Palepu, 2001). In recent decades, however, after corporate scandals involving large companies, regulators have mobilized to restore market confidence through standards that would enable audit reports with a higher level of transparency and information. In January 2015, after a restructuring process that was called the Auditor Reporting Project, the International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) released new standards that brought relevant changes to the independent auditor's report. Among the innovations brought about in the structure of the auditor's report, the main one was the inclusion of Key Audit Matters (KAM), called in Brazil as Main Audit Matters (PAA). In this sense, the objective of this work was to analyze the influence of the implementation of the New Auditor's Report (NRA) on the earnings quality in the Brazilian capital market. As proxies for the earnings quality, this research involved the attributes of earnings persistence (Dechow & Schrand, 2004), conservatism (Ball & Shivakumar, 2005), and earnings management (Pae, 2005). Based on data from 216 non-financial companies listed on B3 (Brazil, Bolsa, Balcão), such proxies were estimated for the period before (2013-2015) and after (2016-2018) the implementation of the NRA. The results showed that there was an improvement in the earnings quality related to the conservatism attribute after the implementation of the NRA; earnings persistence and earnings management, on the other hand, did not indicate improvement results. Additionally, in companies where matters of an expense nature (PAAs) were relevant in conducting the auditor's work and reported by him to the market, a greater incidence of earnings management was found. The research contributes to the literature of the earnings quality and highlights the relevance of regulatory processes in the segment of independent auditing, as well as their reflection in the financial statements. Also, the findings can assist stakeholders in decision making based on a better understanding of the dimensions of the independent auditor's report, in addition to providing regulatory bodies with useful information for future regulatory processes.

Keywords: Independent audit. Regulatory Process. New Auditor's Report. Earnings Quality.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

FRC - *Financial Reporting Council*

IAASB - *International Auditing and Assurance Standards Board*

ISA - *International Standards on Auditing*

KAM - *Key Audit Matters*

NBC TA - Normas brasileiras de contabilidade de auditoria independente

NRA - Novo Relatório do Auditor

PAA - Principais Assuntos de Auditoria

PCAOB - *Public Company Accounting Oversight Board*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Contextualização	11
1.2 Objetivos.....	15
1.2.1 Objetivo Geral	15
1.2.2 Objetivos Específicos	15
1.3 Justificativa.....	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1 Qualidade Da Informação Contábil.....	19
2.1.1 Persistência Dos Lucros	20
2.1.2 Conservadorismo	21
2.1.3 Gerenciamento De Resultados (GR)	23
2.2 Auditoria e Teorias	25
2.2.1 Novo Relatório Do Auditor (NRA).....	25
2.2.2 Teoria Econômica da Regulação	27
2.2.3 Teoria da Confiança Inspirada (<i>Theory of Inspired Confidence</i>).....	27
2.3 Desenvolvimento da Hipótese	28
3. METODOLOGIA.....	31
3.1 Seleção da Amostra e Coleta de Dados	31
3.2 Modelos de Qualidade da Informação Contábil.....	31
3.2.1 Persistência dos Lucros	31
3.2.2 Conservadorismo	32
3.2.3 Gerenciamento de Resultados (GR)	33
3.2.3.1 Modelo de Pae (2005).....	33
3.2.3.2 Modelos para Análise do Efeito do NRA sobre o GR.....	34
4 RESULTADOS	37
4.1. Análise Descritiva.....	37
4.2. Análise da Persistência dos Lucros Antes e Após o Novo Relatório do Auditor.....	39
4.3. Análise do Conservadorismo Antes e Após o Novo Relatório do Auditor.....	40
4.4. Análise do Gerenciamento de Resultados Após o Novo Relatório do Auditor.....	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

As constantes mudanças na economia mundial, bem como o crescente nível de complexidade das relações e transações comerciais, têm demandado das empresas uma maior capacidade na adequação aos cenários econômicos cada vez mais competitivos. Este processo, que envolve dimensões políticas, regulatórias e sociais, entre outras, vem exigindo das empresas maiores níveis de governança, melhores controles internos e a entrega de informações contábeis com maior qualidade, para que atendam às necessidades dos mais diversos grupos de usuários (Dechow, Ge & Schrand, 2010).

A informação contábil é uma das ferramentas reconhecida como mais relevante entre as disponíveis no mercado de capitais. O objetivo básico da contabilidade consiste, substancialmente, no fornecimento de informações econômicas para vários usuários, de forma que estes tomem decisões racionais. Espera-se, dessa forma, que as informações contábeis advindas dos relatórios financeiros deem suporte aos usuários no processo de avaliação e de tomada de decisão.

A informação contábil possibilita análise robustas, melhores níveis de controle e projeções de cenários futuros mais assertivas. Nesse contexto informacional, o conjunto das demonstrações contábeis tem, ao mesmo tempo, um alto poder de influenciar nas decisões individuais de seus usuários, o que gera reflexos no funcionamento dos mercados, bem como na eficiência da economia. Por outro ângulo, a contabilidade é uma atividade complexa, pois além dela operar em um ambiente repleto de incertezas, os seus usuários reagem de forma distinta diante da mesma informação contábil (Paulo & Martins, 2007).

Assim, frente a sua relevância, torna-se necessário assegurar a qualidade da informação contábil. Esta é amplamente requerida nos mercados, pois através dela é possível identificar com segurança as decisões tomadas pelos gestores quanto à alocação dos recursos colocados à disposição da entidade. Logo, para garantir que os resultados divulgados reflitam com fidedignidade os eventos econômicos da organização, a qualidade é compreendida como um fator indispensável neste processo informacional. Dechow e Schrand (2004) afirmam que os resultados possuem alta qualidade quando tais números são capazes de atualizar o valor intrínseco da firma, além disso a qualidade da informação contábil estaria ligada à relevância de sua influência nas decisões dos usuários. Ainda para estes autores, o tema é algo contextual, podendo significar coisas distintas para os diferentes usuários das demonstrações financeiras.

Para Paulo e Martins (2007), a qualidade da informação está fortemente associada ao ambiente econômico, político e social em que a empresa estiver inserida. Houque et al (2012) evidenciam que fatores regulatórios, como os padrões de contabilidade de elevada qualidade e auditoria, exercem forte influência sobre a qualidade da informação contábil. Alinhada a esta perspectiva, Dechow, Ge e Schrand (2010) entendem que a qualidade da informação é influenciada por características institucionais e organizacionais das empresas e do ambiente corporativo, tais como a regulação dos padrões contábeis, o perfil dos investidores, o sistema de governança e a auditoria externa.

Na literatura (Dechow, Ge & Schrand, 2010) o processo de análise da qualidade da informação contábil se dá através da observação de alguns atributos, como: conservadorismo, persistência dos lucros, gerenciamento de resultados, qualidade dos accruals e *value relevance*. Cabe ressaltar que não há uma forma absoluta para mensurar a qualidade da informação contábil, razão pela qual este é um assunto de abordagem multidimensional (Reis, Brunozi & Lima, 2018).

Em um contexto onde se discute sobre qualidade da informação contábil, surge a auditoria independente vista como relevante e indispensável para se alcançar um entendimento mais profundo sobre outras dimensões do ambiente informacional. Enquanto atividade, a auditoria tem o papel de ser o agente entre a informação preparada pelo administrador e o usuário da informação (Healy & Palepu, 2001) de modo que a sua função se orienta a viabilizar e promover uma maior qualidade à informação contábil (Hu, 2015). De acordo com Huguet e Gandía (2016), a auditoria consiste no processo de revisão da informação financeira, garantindo a confiabilidade e credibilidade informacional que são asseguradas por três subfunções: (a) subfunção da informação, a qual otimiza a credibilidade das informações contábeis; (b) subfunção de monitoramento, que promove a melhoria da informação reduzindo comportamentos oportunistas dos gestores; e (c) subfunção de seguro, que garante que os usuários confiem nos relatórios financeiros auditados diante da responsabilidade assumida pelos auditores.

No conjunto das Normas Técnicas de Auditoria no Brasil (NBCs TA) emitidas pelo CFC e correlacionadas com as normas internacionais de auditoria (ISAs), o auditor independente deve cumprir com exigências éticas relevantes, inclusive no que se refere à independência, e exercer o julgamento profissional, mantendo o ceticismo profissional durante o planejamento execução da auditoria, além de identificar riscos de distorção relevante e obter evidência de auditoria apropriada e suficiente. Assim, o objetivo da auditoria é alcançado através da emissão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis, em todos

os aspectos relevantes, foram elaboradas conforme estrutura conceitual de relatório financeiro aplicável (NBC TA 200 (R1), 2016).

Diante da relevância de sua função quanto à conformidade das demonstrações financeiras, o auditor independente baseia a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante por meio do entendimento da entidade e do seu ambiente (NBC TA 315 (R1), 2016), inclusive dos controles internos da entidade, auferindo assim uma base para o planejamento e a implementação das respostas aos riscos identificados de distorção relevante. Todavia, apesar das normas de auditoria elencarem um conjunto de exigências técnicas, DeAngelo (1981) e Watts e Zimmerman (1986) ressaltam que não basta apenas que o auditor tenha capacidade para detectar erros e/ou fraudes, mas também que ele deva ter a vontade de reportá-los de maneira adequada.

Nesse sentido, a avaliação das conclusões alcançadas pela evidência de auditoria obtida dá a base para que o auditor forme uma opinião sobre as demonstrações contábeis a qual deverá ser claramente expressa por meio de relatório escrito (NCB TA 700, 2016). O relatório do auditor independente é o principal canal de comunicação da auditoria independente com os usuários das demonstrações financeiras. Para Tušek e Jezovita (2018), o seu objetivo é fornecer uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras representam uma posição econômica precisa e objetiva do desempenho dos negócios de uma organização. Danescu e Spatacean (2018) afirmam que a integridade e credibilidade dos relatórios financeiros são aspectos sensíveis que influenciam, de forma significativa, a confiança dos investidores na eficiência do mercado de capitais.

Nas últimas décadas, a profissão de auditoria tem sido alvo de mudanças, parte destas causadas por amplas controvérsias sobre questões como a responsabilidade assumida por auditores e seu papel na identificação de fraudes e erros (Cordoş & Fülöp, 2015). Ao longo dos anos, a credibilidade das demonstrações financeiras, assim como a confiança nos auditores independentes, foi questionada em virtude de grandes escândalos corporativos como os casos da Enron, HealthSouth, Kmart, Parmalat, Tyco, WorldCom, Waste Management, Sunbeam e outros.

Niyama et al (2011) afirmam que tal contexto qualifica a regulação como uma resposta pontual aos problemas corporativos que impactam a sociedade, com o objetivo de resolver os problemas de maneira tempestiva, porém podendo trazer consigo problemas de ordem legal, prática e acadêmica. Nesse sentido, as recentes reformas ocorridas na regulação da atividade de auditoria independente podem ser explicadas, do ponto de vista teórico, pela prevalência da Teoria Econômica da Regulação (Stigler, 1971, Peltzman, 1976), pois além de compreender

que a regulação se trata de um bem econômico, com oferta e demanda, custos e benefícios, entende-se que ela, a regulação, é exercida de forma a atender as necessidades e o bem-estar do grupo de interesse que exercer maior pressão relativa ao regulador (Viscusi *et al*, 2005).

De acordo com Wyman (2004), os órgãos reguladores enfatizam que maiores níveis de transparência advindos das empresas de auditoria podem ajudar a restaurar a percepção pública a respeito da qualidade da auditoria. Neste aspecto, os processos regulatórios no segmento da auditoria, atualmente, envolvem diversos órgãos como o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB), *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB), dos Estados Unidos, e o *Financial Reporting Council* (FRC), do Reino Unido. O maior objetivo que vem se desenhando ao longo dos anos consiste em tornar o relatório de auditoria mais informativo e com maior nível de transparência a respeito da empresa auditada, logo, mais útil e confiável para os investidores e demais usuários da informação contábil.

Recentemente, as mudanças ocorridas na estrutura do relatório do auditor mostraram que há uma tendência global em atribuir mais transparência e robustez ao documento. Em janeiro de 2015, após um processo de reestruturação que foi denominado de *Auditor Reporting Project*, o IAASB divulgou as versões finais das normas alteradas, bem como a nova norma ISA 701, todas com vigência para auditorias de demonstrações financeiras de períodos findos a partir de 15 de dezembro de 2016 (IFAC, 2015). Entre as inovações trazidas na estrutura do relatório do auditor, a principal foi a inclusão de uma seção que o IAASB e o FRC denominaram de *Key Audit Matters* (KAM), o PCAOB de *Critical Audit Matters* e no Brasil classificado, pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), como Principais Assuntos de Auditoria (PAA). De acordo com a NBC TA 701 (equivalente com a ISA 701) a comunicação dos PAAs no relatório do auditor independente visa fornecer informações adicionais aos usuários das demonstrações contábeis sobre a auditoria realizada, de modo a auxiliar no entendimento dos assuntos que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram relevantes para embasar a opinião da auditoria (NBC TA 701, 2016).

Na opinião de Cordos e Fülöp (2015), a nova seção dos PAAs reafirma a Teoria da Confiança Inspirada desenvolvida em 1932 pelo professor holandês Theodore Limperg (Hayes et al., 1999), pois a sua implementação entregará aos usuários informações relevantes para que estes decidam se as divulgações fornecidas pela administração são tendenciosas ou não. Assim, o aspecto confiança, bem como a maximização desta, é essencial para o este segmento, pois, como afirmam Maijoor e Vanstraelen (2012), a missão da auditoria não tem valor se o público não tiver confiança nela.

Portanto, o Novo Relatório do Auditor (NRA) deixa clara a motivação dos órgãos internacionais de auditoria em torná-lo também cada vez mais apropriado e suficiente para que o investidor sinta maior segurança frente às demonstrações financeiras. Cabe destacar, ainda, que a responsabilidade assumida pelo auditor independente, agora que o escopo de informações divulgadas é mais amplo, envolve um maior nível de riscos a serem gerenciados por estes profissionais uma vez que a inserção dos PAAs endereça para o mercado assuntos que antes não eram revelados pela auditoria independente.

Sabe-se que o ambiente informacional do mercado financeiro vem passando por mudanças pontuais das quais, algumas delas, envolvem a atuação direta de órgãos reguladores. Nesse sentido, esta pesquisa destaca as mudanças na auditoria e sua relevância no ambiente informacional já que ela exerce uma forte influência sobre a qualidade da informação contábil (Houque et al, 2012). Dessa maneira, frente ao processo regulatório que promoveu, recentemente, alterações relevantes no relatório do auditor e sabendo que este consiste no produto final da auditoria independente a qual exerce influência sobre a qualidade da informação contábil (Francis, Maydew & Sparks, 1999, Hu, 2015, Huguet & Gandía, 2016), o presente estudo traz o seguinte questionamento: **qual a influência do Novo Relatório do Auditor (NRA) na qualidade da informação contábil do mercado de capitais brasileiro?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é analisar a influência da implementação do Novo Relatório do Auditor (NRA) na qualidade da informação contábil no mercado de capitais brasileiro.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral da pesquisa, será necessário, antes, alcançar os seguintes objetivos específicos:

a. Determinar em que medida o Novo Relatório do Auditor (NRA) pode influenciar a qualidade da informação contábil através de suas *proxies*.

b. Escolher e estimar modelos adequados de qualidade da informação contábil que permitam identificar se houve alterações nos padrões de comportamento após a implantação do Novo Relatório do Auditor (NRA).

1.3 Justificativa

O nível de complexidade e de extensão dos relatórios financeiros tem aumentado nos últimos anos. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) afirma, nesse sentido, que o volume de informações tem provocado grandes questionamentos pelos agentes de mercado, onde alguns identificam a presença de informações irrelevantes, enquanto outros, por outro lado, questionam pela falta de informações relevantes (OCPC, 2014). Atualmente percebe-se claramente que, para os usuários da informação contábil, o nível informacional atende às exigências quando ele possui relevância na tomada de decisão.

Nessa mesma perspectiva, após os episódios que culminaram na crise financeira de 2008, o trabalho do auditor, que voltou a ser alvo de críticas sobre a capacidade informativa e a utilidade do relatório de auditoria (IFAC, 2011), precisava também passar por mudanças. Estudos do IAASB concluíram, com base na percepção dos usuários, que o relatório dos auditores possuía utilidade limitada uma vez que, de forma geral, informava apenas sobre a ocorrência de ressalva ou não (IFAC, 2015). Estas limitações informacionais resultaram na criação e alterações de normas emitidas pelo IAASB em janeiro de 2015 modificando a estrutura do relatório do auditor, além de ampliar o escopo de informações ao inserir os *Key Audit Matters* (Principais Assuntos de Auditoria - PAA). No Brasil, as normas referentes ao Novo Relatório do Auditor (NRA) foram emitidas oficialmente em julho de 2016 com vigência para auditorias de demonstrações contábeis findas em, ou após, 31 de dezembro de 2016 (CFC, 2016).

O processo regulatório instituído pelo IAASB, visando a melhoria do relatório do auditor, ocorreu em um contexto onde os usuários necessitavam de um maior nível de informação, pois aquele que estava disponível já não era mais suficiente para atender as exigências dos investidores. Recentemente, evidências encontradas por Koehler et al (2016) mostraram que expor em relatórios de auditoria os riscos da situação econômica da empresa, por meio dos PAAs, maximiza o valor comunicativo do relatório e contribui positivamente para o grau de confiança do investidor podendo este variar mediante a forma como o conteúdo for redigido. De modo geral, neste processo de mudança para uma nova estrutura, algumas pesquisas (Minutti-Meza et al, 2015, Vasileiadis, 2016, Tušek & Jezovita, 2018), que buscaram identificar o impacto do novo relatório do auditor nos mercados e investidores, demonstram que este momento de transição é de grande importância para o processo informacional, principalmente por permitir que os mercados tenham uma visão de maior alcance sobre os trabalhos de auditoria.

Diante disso, o presente estudo se mostra relevante por abordar as recentes mudanças normativas no contexto do trabalho do auditor, pois, como afirmam Boolaky e Omoteso (2016), tais mudanças são processos complexos que envolvem reguladores, regulados, o ambiente institucional, mecanismos legais, nível educacional e outros, além de que a adoção de normas de auditoria externa que ampliem a qualidade da informação contábil é crucial para o mercado de capitais.

Considerando que a auditoria é capaz de influenciar a qualidade da informação contábil (Francis, Maydew & Sparks, 1999, Hu, 2015, Huguet & Gandía, 2016), esta pesquisa mostra seu diferencial por investigar o impacto das novas regulações na qualidade da informação contábil utilizando métricas que permitam constatar como a qualidade da informação contábil se apresenta em um cenário mais informativo, uma vez que o auditor, agora, reportará ao mercado um maior nível de informações sobre os relatórios financeiros auditados. Para tanto, as métricas utilizadas serão atributos da qualidade da informação contábil, como: conservadorismo, a persistência dos lucros e o gerenciamento de resultados. Tais atributos permitem compreender o nível de qualidade dos lucros, principalmente em cenários onde, de acordo com Cho, Ki e Kwon (2015), os auditores independentes desenvolvem um papel fundamental no processo de verificação da qualidade dos resultados de modo a assegurar que os lucros forneçam uma estimativa precisa dos fluxos de caixa futuros. Nesta linha, Cohen (2003) afirma que a qualidade da informação contábil reside, entre outros aspectos, na capacidade de o lucro passado estar associado com os fluxos de caixa futuros, sendo este aspecto essencial à persistência dos lucros.

Diversas pesquisas realizadas neste campo evidenciaram que aspectos relacionados ao trabalho da auditoria, como o tipo de opinião, tamanho da firma de auditoria, *expertise* e outros, podem estar associados com os atributos de persistência dos lucros, conservadorismo e com práticas de gerenciamento de resultados (Francis & Krishnan, 1999, Bartov et al, 2001, Wakil, 2011, Vichitsarawong & Pornupatham, 2015, Bratten, Causholli & Omer, 2019). Assim, compreender os reflexos do novo relatório do auditor (NRA) é relevante, pois nos permite ampliar o entendimento sobre a relação entre a auditoria independente e a qualidade da informação contábil.

Quanto às contribuições, esta pesquisa, além de buscar identificar melhorias na qualidade dos relatórios financeiros, fornecerá evidências empíricas que permitirão refletir sobre o nível de responsabilidade do auditor diante a estrutura do seu novo relatório o qual, agora, por ser mais extenso e informativo, espera-se que dê um maior embasamento à opinião reportada nele. Pretende-se, adicionalmente, com base nos resultados deste estudo, fornecer

informações úteis e que possam auxiliar auditores, reguladores, investidores, gestores e demais usuários da informação contábil.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Qualidade da Informação Contábil

Em um sentido amplo, a qualidade da informação contábil pode ser definida como a condição na qual os resultados reportados por uma empresa representam de maneira adequada a sua real situação econômica e o nível em que as informações financeiras refletem os conceitos básicos de contabilidade (Chen, Tang, Jiang & Lin, 2010; Yoon, 2007). Paulo e Martins (2007) afirmam que a qualidade está associada com o nível de transparência e evidenciação dos relatórios contábeis, sendo que quando estes são manipulados ou apresentam um número excessivo de itens não recorrentes, a qualidade da informação para os usuários diminui.

A qualidade da informação contábil está exposta a diversos fatores, podendo ser influenciada por aspectos regulatórios, como os padrões de contabilidade de alta qualidade (Barth, Landsman & Lang, 2008; Houqe, Van Zijl, Dunstan & Karim, 2012), o sistema legal do país (Soderstrom & Sun, 2007, La Porta, LopezDe-Silanes & Shleifer, 2008), aplicação ampla e efetiva das normas de auditoria (Houqe et al, 2012), concentração de propriedade, alavancagem financeira e desempenho econômico (Gaio, 2010; Isidro & Raonic, 2012; Fathi, 2013). Todavia, a qualidade da informação contábil não é fácil de ser observada e mensurada (Isidro & Raonic, 2012), mas pode ser avaliada a partir de atributos (Dechow, Ge & Schrand, 2010), como: persistência dos lucros, conservadorismo, gerenciamento de resultados, qualidade dos *accruals*, *value relevance*, nível de *disclosure* e transparência.

No início do milênio, após o crescente número de escândalos contábeis envolvendo grandes companhias e firmas de auditoria, uma maior atenção e cautela passou a ser dada aos relatórios financeiros. Estes eventos também motivaram muitas pesquisas, principalmente a nível internacional, a analisarem a relação de grandes firmas de auditoria (atualmente chamadas de Big Four) com a qualidade da informação contábil, aspectos de governança corporativa e institucionais (Palmrose, 1988; Teoh & Wong, 1993).

De acordo com Braunbeck (2010) a maioria dos estudos que utilizaram medidas a partir de dados contábeis defende a ideia de que a qualidade da informação contábil está positivamente associada à qualidade da auditoria. Evidências encontradas em diversos estudos que buscam esta relação constataram que empresas auditadas por *big four*, por exemplo, tendem a divulgar informações contábeis de melhor qualidade, ou seja, com menor nível de assimetria e com maior valor informativo (Kouaib & Jarboui 2014, Shan 2015, Huguet & Gandía, 2016).

Nesse sentido, a auditoria possui uma alta importância em reduzir influências que venham impactar negativamente a qualidade da informação contábil, a exemplo das práticas

arbitrárias por partes dos gestores (Palmrose, 1989, Vinciguerra & O'Reilly-Allen, 2004). Para Nelson, Elliot e Tarpley (2002), na medida em que gestores tentam fazer uso da discricionariedade para alterar as informações financeiras, os auditores buscam mitigar os riscos de tais tentativas que, além de elevarem os níveis de assimetria da informação, podem culminar em opiniões com ressalva.

Estudos anteriores, após constatarem a relação entre auditoria e qualidade da informação contábil, evidenciam que os atributos desejáveis à qualidade como persistência dos lucros (Vichitsarawong & Pornupatham, 2002, Krishnan, 2003, Zhao, 2010), conservadorismo (Stolowy, 2006, Coelho, 2007, Lee, Li e Sami, 2014) e gerenciamento de resultados (Bartov, Gul & Tsui, 2001, Sengupta & Shen, 2007, Barghathi, Collison e Crawford, 2018), os quais serão estudados nesta pesquisa, são *proxies* consideradas válidas para estudos relacionados à auditoria. Estas captam a qualidade da informação, através das estimações, possibilitando aos estudos análises consistentes nos mais diversos ambientes econômicos.

2.1.1 Persistência Dos Lucros

Segundo Cohen (2003) um dos atributos da qualidade da informação contábil está relacionado ao seu poder preditivo verificado através da capacidade de o lucro passado estar relacionado com os fluxos de caixa futuros, sendo este conhecido como o atributo da persistência dos lucros. Tal atributo, que será explorado neste estudo, é de grande valia para os usuários da informação, pois como propõem Dechow, Ge e Schrand (2010), a persistência é considerada como uma comprovação da utilidade dos lucros, estando atrelada a capacidade de prever benefícios econômicos futuros.

Em virtude da sua importância, a persistência despertou o interesse em diversas pesquisas na contabilidade. Sloan (1996) foi um dos precursores neste tema em que, através de um modelo proposto, demonstrou que o nível de persistência dos *accruals*, na predição dos lucros, é inferior ao dos fluxos de caixa, porém foi identificado que os investidores não avaliavam de maneira correta as informações sobre os *accruals* nos preços das ações, chegando a superestimar a persistência dos *accruals* e a subestimar a persistência dos fluxos de caixa.

Para Baginski, Lorek, Willinger e Branson (1999) a persistência pode ser explicada a partir da firma no sentido em que as empresas tomam decisões operacionais e de investimentos as quais viabilizam condições de manutenção de lucros correntes, bem como do seu aumento, deixando evidências para que os investidores observem os resultados esperando que haja persistência neles. Na visão de Lev (1983) a persistência pode ser tratada como sinônimo de não aleatoriedade nos padrões de comportamento dos lucros. Em termos de sustentabilidade,

de acordo com Schipper e Vincent (2003), a persistência está associada à ideia de permanência e transitoriedade de alterações nos lucros, como atributo da qualidade da informação, que advém de sua utilidade na tomada de decisão e avaliação de empresas por partes dos investidores.

Nesta perspectiva, constata-se que o atributo da persistência dos lucros permite uma visão de longo alcance quanto a sustentação da geração de fluxo de caixa futuros por parte da empresa, contribuindo para o processo de avaliação de investimentos (Kolozsvari & Macedo, 2016). Outros aspectos relacionados ao ambiente empresarial também podem ser captados através desta medida. Takamatsu (2012) e Pinho e Costa (2008), demonstram que analisar a qualidade da informação através deste atributo permite compreender que informações persistentes são altamente relevantes no processo de comparação da saúde financeira das empresas, o que viabiliza análises mais robustas e de maior qualidade.

Alguns estudos realizados constataram que a qualidade da informação contábil pode ser influenciada pela auditoria (Kouaib & Jarboui 2014, Shan 2015, Huguet & Gandía, 2016). Vichitsarawong e Pornupatham (2002), após analisarem relatórios de auditoria, identificaram que o tipo de opinião do auditor está associado com o nível de persistência dos lucros. De acordo com os autores, empresas que receberam opinião modificada possuíam menores níveis de persistência os quais variavam dependendo do tipo de modificação da opinião em específico.

Evidências apresentadas por Krishnan (2003) sugeriram uma associação entre o tamanho da firma de auditoria e os *accruals*, onde empresas auditadas por *Big Six* (atualmente *Big Four*) apresentaram *accruals* mais persistentes do que aquelas auditadas por firmas menores. Zhao (2010), em outra linha, observou que maiores honorários de auditoria implicam em maior persistência de *accruals*. Diante disso, tais aspectos são consistentes com a ideia de que fatores relacionados a auditoria podem ajudar a tornar os lucros mais úteis para fins de avaliação e previsão de fluxos de caixa futuros.

2.1.2 Conservadorismo

O conservadorismo, enquanto atributo da qualidade da informação contábil, de acordo com Basu (1997), é definido como os resultados que priorizam reportar as más notícias de maneira mais rápida do que as boas notícias. Na opinião de Watts (2003), o conservadorismo pode ser conceituado como uma qualidade da informação que controla o viés otimista dos gestores em relação à informação contábil divulgada, uma vez que parte de requisitos de verificação assimétrica entre ganhos e perdas, em que um maior grau de verificação assimétrica para os ganhos em relação as perdas indicará um maior nível de conservadorismo. Este atributo

assegura, entre outros aspectos, que informações com excesso de otimismo não sejam reportadas aos usuários da informação.

O conservadorismo é um atributo que, naturalmente, está presente no processo de produção da informação contábil de forma que, através de práticas contábeis aplicadas de forma consistente, busca-se evitar que ativos, por exemplo, sejam superavaliados. Para Basu (1997) a informação contábil reflete de maneira mais oportuna a má notícia do que uma boa notícia sendo esta uma tendência dos contadores uma vez que estes exigem um maior nível de comprovação para reconhecer uma boa notícia do que uma má notícia. Dessa forma, Costa (2004) afirma que seria prejudicial à informação contábil a eliminação do conservadorismo, pois isso mudaria a postura dos gestores, causando maiores riscos aos investidores e ao mercado como um todo.

Alguns pesquisadores (Ball, Robin & Wu, 2003, Ball & Shivakumar, 2005, Pae, Thornton & Welker, 2005, Barth, Landsman & Lang, 2008), ao estudarem a relação do conservadorismo nos lucros com a qualidade da informação contábil, defendem, em sua maioria, que a presença do conservadorismo no processo de contabilização eleva o poder informacional dos relatórios financeiros, já que possíveis situações que gerem perdas futuras são devidamente antecipadas. De forma geral, o conservadorismo está centrado na proteção do investidor, na perspectiva de não reportar falsas expectativas que possam comprometer suas decisões.

Ao estudar o conservadorismo condicional, Coelho (2007) declara que uma das motivações que levam os gestores a se engajarem em práticas mais conservadoras é a qualidade e a independência da auditoria externa. Em justificativa a esta relação, Chung et al. (2003) argumentam que, para diminuir o risco de litígio, os auditores preferem que seus clientes optem por escolhas contábeis mais conservadoras, em vez de escolhas não conservadoras. Sobre isto, Basu et al (2001) mostram que a verificação assimétrica de más notícias nos lucros é significativamente maior em empresas auditadas por *Big Six*, indicando um maior nível de conservadorismo do que empresas auditadas por firmas menores. Por outro lado, Ding e Stolowy (2006), ao analisarem empresas da França, concluíram que empresas auditadas pelas *Big Five*, possuem menor nível de conservadorismo do que as demais. Ao explorarem outros aspectos institucionais, Lee, Li e Sami (2014) identificaram que o conservadorismo condicional impacta na redução dos honorários de auditoria e que esse impacto pode ser moderado por uma maior qualidade da governança corporativa.

Portanto, entende-se que, além dos elementos da literatura trazidos, o conservadorismo da informação contábil tende a ser um fator protetivo tanto de credores quanto de acionistas.

Diante deste atributo, a observação foca em se o processo regulatório, que passou a exigir relatórios de auditoria mais transparentes, influenciou de maneira significativa posturas mais conservadoras dos administradores frente aos relatórios financeiros.

2.1.3 Gerenciamento De Resultados (GR)

Outro atributo, por meio do qual se permite mensurar o nível de qualidade da informação contábil, se refere ao gerenciamento de resultados (*earnings management*). Schipper (1989) considerou a prática de gerenciamento de resultados como “uma intervenção proposital no processo de elaboração das demonstrações financeiras externas, com intenção de obter algum benefício particular”. O pioneiro neste assunto foi Healy (1985), que ao analisar bônus dos executivos, identificou uma alta incidência de práticas discricionárias nos processos contábeis durante ou após épocas de adoção ou alteração de planos de bônus. Pouco mais tarde, na década de 90, Healy e Wahlen (1999), a partir de uma revisão de pesquisas acadêmicas, elencaram algumas motivações ao gerenciamento de resultados, como: expectativas do mercado de capitais, fatores contratuais e regulação governamental.

Conforme Paulo, Martins & Corrar (2007), o gerenciamento de resultados ocorre em decorrência de atitudes discricionárias por parte dos administradores para alterar a realidade econômica e financeira da entidade. Para Dechow, Sloan & Sweeney (1995), o gerenciamento de resultados também é utilizado para evitar a alta variação dos resultados ou de resultados negativos. Martinez (2001) declara que o gestor pode tomar decisões, de forma arbitrária, para aumentar ou diminuir os *accruals* por razões alheias à realidade do negócio. Logo, para ordenamento correto dos *accruals*, que são a diferença entre o lucro líquido e o fluxo de caixa operacional líquido (Martinez, 2008), faz-se necessário subdividi-los em discricionários e não discricionários, sendo os *accruals* discricionários a principal *proxy* nas pesquisas de detecção de gerenciamento de resultado.

Entre diversos modelos que constam na literatura para estimar os *accruals* discricionários (Jones, 1991, Dechow, Sloan & Sweeney, 1995, Kang & Silvaramkrishnan, 1995, Pae, 2005, Paulo, 2007), neste estudo será considerado o gerenciamento de resultados na ótica do modelo de Pae (2005). Ressalta-se que nestas, e em outras modelagens existentes, os *accruals* discricionários são obtidos através dos resíduos (ou erros) da regressão, pois são os valores não explicados pela parcela não discricionária do total dos *accruals*. Assim, quantitativamente, maiores níveis de gerenciamento de resultados são indicados por maiores valores absolutos destes resíduos.

Nos últimos anos, após fraudes contábeis de grande magnitude abalarem a credibilidade no mercado de capitais, inúmeras pesquisas com ênfase em gerenciamento de resultados passaram a buscar mais evidências de práticas discricionárias nos ambientes corporativos (Vinciguerra & O'Reilly-Allen, 2004, Elliot & Tarpley, 2002, Huguet & Gandía, 2016, Kouaib & Jarboui 2014). Em resposta aos escândalos financeiros, os órgãos reguladores seguem tomando medidas para garantir a transparência das informações, mitigar conflitos de interesse e garantir a independência dos auditores independentes, com o intuito de proteger os investidores e restaurar a confiança nos mercados de capitais (Leuz, Nanda & Wysocki, 2002).

A literatura destaca (Palmrose, 1989, Krishnan, 2003, Vinciguerra & O'Reilly-Allen, 2004) que a auditoria possui relevância na redução das práticas de gerenciamento de resultados em virtude da sua *expertise*, independência, reconhecimento no mercado, entre outros. Krishnan (2003), por exemplo, encontra uma associação entre a *expertise* de auditores com o grau absoluto dos *accruals* discricionários e defende que “um dos mecanismos que pode mitigar as práticas de *earnings management* é a experiência (*expertise*) nas atividades de auditoria”.

Diversas pesquisas neste campo, buscam investigar a influência do relatório do auditor na prática do gerenciamento de resultados. Francis e Krishnan (1999), ao analisarem o mercado americano, controlando variáveis financeiras e de risco de mercado, descobriram que empresas com altos níveis de *accruals* absolutos têm uma probabilidade maior de receberem ressalvas em seus relatórios de auditoria, pois haveria maiores riscos de gerenciamento de resultados. Outros autores (Bartov, Gul & Tsui, 2001, Sengupta & Shen, 2007), também identificaram uma relação positiva entre o nível de gerenciamento de resultados e opiniões modificadas no relatório do auditor. Barghathi, Collison e Crawford (2018) examinaram a percepção de preparadores de demonstrações financeiras, usuários, reguladores e acadêmicos sobre o papel do auditor externo em relação ao gerenciamento de resultados. Uma percepção amplamente aceita entre os entrevistados foi a de que o auditor externo possui capacidade para detectar práticas de gerenciamento de resultados e, ao mesmo tempo, de inibi-las devido a influência do relatório de auditoria.

Dessa forma, tendo em vista a relação da prática de gerenciamento de resultados com atributos do trabalho do auditor (Krishnan, 2003, Bartov, Gul & Tsui, 2001, Sengupta & Shen, 2007), esta pesquisa considera a possibilidade de que o resultado dos processos que regulamentam a atividade da auditoria, com o intuito de torna-la mais transparente, pode refletir positivamente na qualidade da informação contábil ao reduzir posturas arbitrárias de gestores, como o gerenciamento de resultados.

2.2 Auditoria e Teorias

2.2.1 Novo Relatório Do Auditor (NRA)

Nas últimas décadas, o crescente número de escândalos corporativos fomentou questionamentos sobre a responsabilidade assumida por auditores (Cordoş & Fülöp, 2015) colocando-os no alvo dos órgãos reguladores, o que motivou discussões regulatórias envolvendo diversos órgãos como o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB), *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB), dos Estados Unidos, e o *Financial Reporting Council* (FRC), do Reino Unido. Após a crise financeira de 2008, inúmeras críticas por parte de diversos usuários apontaram para a capacidade informativa e a utilidade do relatório dos auditores (IFAC, 2011).

Em 2010, o IAASB, após entender que seria necessário explorar vias para promover mudanças no relatório dos auditores, realizou uma consulta pública apresentando opções de mudanças que aumentassem a importância do relatório na visão de diversos *stakeholders* (IFAC, 2011). Entre os objetivos, a consulta buscava captar se havia divergência de expectativas e informações entre os usuários dos relatórios de auditoria, obtendo assim visões para melhorar o seu valor comunicativo, sua qualidade e relevância, bem como os impactos e desafios advindos destas alterações. Como resposta, ficou clara a necessidade de promover mudanças no relatório do auditor a fim de ampliar sua transparência e comunicação diante do mercado, porém, ainda de acordo com a percepção dos consultados, havia, também, apoio para que o escopo do trabalho dos auditores independentes não fosse alterado, mas sim a forma como este trabalho e a opinião são reportados aos usuários da informação (IFAC, 2011).

Após um processo de discussões e consultas sobre o novo formato do relatório do auditor independente, em 25 de julho de 2013, o IAASB emitiu o *Exposure Draft* (ED) das novas versões das normas modificadas pelo projeto de alteração do relatório dos auditores independentes, sendo elas: ISA 570 - sobre a Continuidade Operacional (*Going Concern*); ISA 260 - Comunicações com os Responsáveis pela Governança; ISA 705 - sobre Modificações de Opinião no Relatório do Auditor Independente; ISA 706 - Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente; e a nova norma, a ISA 701 - *Key Audit Matters in the Independent Auditor's Report*, referente aos Principais Assuntos de Auditoria (IAASB, 2013).

Em janeiro de 2015, o IAASB divulgou as versões finais das normas alteradas do *Auditor Reporting Project*, todas com vigência para auditorias de demonstrações financeiras de períodos findos a partir de 15 de dezembro de 2016 (IFAC, 2015). Entre as inovações trazidas na estrutura do relatório do auditor, a principal foi com base na ISA 701 - *Key Audit Matters in*

the Independent Auditor's Report, tratando da inclusão de uma seção que o IAASB e o FRC denominaram de *Key Audit Matters* (KAM), o PCAOB de *Critical Audit Matters* e no Brasil classificado, pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), como Principais Assuntos de Auditoria (PAA). No Brasil, as normas referentes ao Novo Relatório do Auditor (NRA) foram emitidas oficialmente em julho de 2016 com vigência para auditorias de demonstrações contábeis findas em, ou após, 31 de dezembro de 2016 (CFC, 2016).

Para alguns pesquisadores, o impacto mais importante em função das melhorias no relatório do auditor diz respeito ao aumento da transparência, divulgação de informações relevantes e o reforço da confiança dos usuários no relatório (Cordoş & Fülöp, 2015, Botez, 2017, Tadros, 2018). Tais aspectos, na nova estrutura do relatório, são proporcionados pelos *Key Audit Matters* (KAM), ou Principais Assuntos de Auditoria (PAA), os quais, de acordo com a NBC TA 701, visam fornecer informações adicionais aos usuários das demonstrações contábeis sobre a auditoria realizada, de modo a auxiliar no entendimento dos assuntos que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram relevantes para embasar a opinião da auditoria (NBC TA 701, 2016). Ainda de acordo com a norma, o auditor independente deverá informar no relatório como o referido assunto do PAA foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis.

De acordo com Sneller, Bode & Klerkx (2017), "uma das reformas é a transição de um relatório de auditoria padronizado sem qualquer informação específica da empresa para um relatório que divulgue informações específicas do negócio...". Para os autores, o objetivo da revisão do padrão do relatório do auditor é maximizar o valor e a relevância dele. No sentido da extensão e transparência da informação, a percepção de diversos autores é que a alteração mais proeminente desta nova padronização se dá em virtude da implementação da seção dos Principais Assuntos de Auditoria (Cordoş & Fülöp, 2015, Peyper, 2017, Botez, 2017).

Evidências encontradas por Koehler et al (2016) mostraram que expor em relatórios de auditoria os riscos da situação econômica da empresa, por meio dos PAAs, eleva o valor comunicativo do relatório, contribuindo positivamente para o grau de confiança do investidor o qual varia dependendo de como o conteúdo for redigido. Pesquisas sobre o tema (Minutti-Meza et al, 2015, Vasileiadis, 2016, Tušek & Jezovita, 2018), que buscaram identificar o impacto do novo relatório do auditor nos mercados e investidores, declaram que este momento de transição é de extrema relevância para o processo informacional, principalmente por permitir que os mercados tenham uma visão mais ampla sobre os trabalhos de auditoria.

2.2.2 Teoria Econômica da Regulação

A regulação pode ser definida como um conjunto de normas de cunho coercitivo referentes à determinada atividade ou área do conhecimento e que são instituídas pelo Estado ou por órgãos ou entidades privadas com autoridade para tal função (Pohlmann & Alves, 2004). No âmbito da contabilidade, Lev (1988) afirma que a regulação se refere ao conjunto de leis, normas e princípios contábeis os quais tratam de dimensões como: oportunidade, conteúdo, forma e periodicidade da divulgação das demonstrações contábeis.

Sobre a função da regulação, Stigler (1971) afirma que a sua função é proteger e gerar benefícios para o mercado, ou pelos menos a maior parte dele. Nessa linha, segundo Kothari et al (2010), a regulação pode ser vista como uma resposta eficiente, do ponto de vista social, às imperfeições do mercado que causam assimetrias na oferta das informações contábeis entre os agentes econômicos.

No contexto dos processos regulatórios, encontra-se a prevalência da Teoria Econômica da Regulação, conhecida também como Teoria dos Grupos de Interesse. De acordo com Stigler (1971) e Peltzman (1976), que foram uns dos expoentes desta teoria, os indivíduos agem para maximizar sua própria utilidade e, no parâmetro da Teoria Econômica da Regulação, a regulação é exercida de forma a atender as necessidades e o bem-estar do grupo de interesse que exercer maior pressão relativa ao regulador (Viscusi et al, 2005). De acordo com Stigler (1971), o problema central da Teoria Econômica da Regulação seria explicar quando e por que um determinado grupo de interesse é capaz de usar o Estado para seus propósitos, além de analisar quem são os beneficiados com a regulação, quem arca com o ônus e quais os efeitos sobre a alocação dos recursos. Peltzman (1976) enxerga a regulação econômica como uma forma de atender aos grupos de interesse impactados por ela e não apenas às indústrias, como acreditava Stigler.

Niyama et al (2011) destacam que os processos regulatórios da atividade de auditoria, por sua vez, são de interesse de determinados grupos, como: preparadores das demonstrações financeiras, auditores, investidores, Estado e à sociedade como um todo. Ainda de acordo com os autores, a regulação se trata de uma resposta pontual aos problemas corporativos que impactam a sociedade, com o objetivo de resolver os problemas de maneira tempestiva, mas podendo trazer consigo problemas de ordem legal, prática e acadêmica.

2.2.3 Teoria da Confiança Inspirada (*Theory of Inspired Confidence*)

O Novo Relatório do Auditor, ao trazer consigo a proposta de entregar informações mais abrangentes através da seção dos PAAs, do ponto de vista teórico, reafirma a Teoria da

Confiança Inspirada. Desenvolvida no final da década de 1920 pelo professor holandês Theodore Limperg (1932) a teoria aborda tanto a demanda quanto o fornecimento de serviços de auditoria (Hayes et al., 1999).

De acordo com Limperg (1932), a demanda por informações de auditoria surge como resultado da participação dos *stakeholders* externos aos negócios da empresa. Para o teórico, em virtude de lacunas na vertente da confiança, a existência e a contínua relevância da atividade de auditoria derivam das necessidades de análise independente das demonstrações financeiras preparadas e apresentadas pelos gestores (Limperg, 1932). Assim, existirão partes interessadas que exigirão que as informações sejam auditadas em virtude da possibilidade de que a administração forneça dados tendenciosos em função de seus interesses. Quanto ao nível da auditoria que o auditor deve fornecer, Limperg em sua teoria adota uma abordagem normativa, pois entende que o trabalho deve ser executado de modo que as expectativas dos *outsiders* racionais não sejam frustradas (Salehi, 2010).

Desse modo, como a Teoria da Confiança Inspirada defende que o comportamento dos *stakeholders* influencia nos reportes prestados pelos serviços de auditoria, entende-se que as necessidades dos investidores por informações mais amplas justificam a iniciativa dos órgãos globais de auditoria de implementarem relatórios de auditorias com um maior valor comunicativo. Nesse sentido, para Cordos e Fülöp (2015), a nova seção dos *Key Audit Matters* (KAM) fortalece a Teoria da Confiança Inspirada (*Theory of Inspired Confidence*) uma vez que estes (PAAs no Brasil) emergem com o propósito de suprir as necessidades dos grupos de interesse, fornecendo-os informações relevantes para que eles decidam se as divulgações fornecidas pela administração são tendenciosas ou não (Cordos & Fülöp, 2015).

2.3 Desenvolvimento da Hipótese

O fator confiança, sempre foi um dos atributos centrais da auditoria independente. Para Maijoor e Vanstraelen (2012) este atributo, bem como a sua maximização, é essencial para este tipo de atividade, pois a missão da auditoria não tem valor se o público não tiver confiança nela. Após os episódios de fraudes corporativas que refletiram negativamente no trabalho do auditor, os órgãos reguladores passaram a exigir mais transparência advinda das empresas de auditoria, pois tais iniciativas ajudariam na restauração da percepção pública sobre a qualidade da auditoria (Wyman, 2004). Nessa linha, Horton, Tsipouridou e Wood (2017) compreendem que os investidores podem reagir de forma positiva desde que haja uma expectativa de que reformas normativas de auditoria resultem em relatórios financeiros de maior qualidade, diminuindo

condições assimétricas de informações entre as empresas e investidores, bem como o custo de capital.

Os processos regulatórios da atividade de auditoria são de interesse de diversos grupos. Nesse sentido, de acordo com a Teoria Econômica da Regulação, defendida por Stigler (1971) e Peltzman (1976), a regulação se trata de um bem econômico com oferta e demanda, custos e benefícios, além de que é exercida de modo a atender as necessidades e o bem-estar do grupo de interesse que exercer maior pressão relativa ao regulador (Viscusi et al, 2005). Em outras palavras, na ótica desta teoria, a regulação será feita de acordo com os interesses dos grupos que desempenharem maior esforço político para convencer o regulador.

Nesse sentido, esta pesquisa explora, especificamente, os efeitos na qualidade da informação contábil advindos do processo regulatório orquestrado pelos órgãos normativos globais de auditoria o qual, após captar a percepção dos diversos grupos de interesse, a respeito das melhorias necessárias no relatório do auditor, promoveu alterações relevantes nas ISAs 260, 570, 700, 705 e 706, bem como a criação da ISA 701, as quais tiveram suas versões finais entregues pelo IAASB em janeiro de 2015. Este foi um marco significativo alcançado pela profissão de auditoria global, pois além de revigorar a auditoria, alteraria substancialmente o comportamento dos auditores e como eles se comunicam com o mercado a respeito dos seus trabalhos (KPMG, 2015).

No Brasil, a emissão e alteração das NBC TAs referentes ao Novo Relatório do Auditor (NRA), que são correlacionadas com as respectivas ISAs alteradas pelo IAASB, colocaram o Brasil no circuito da nova tendência global de buscar elevar a confiança no mercado por meio de relatórios de auditoria mais informativos e transparentes. A principal mudança que contribuiu para maximizar o valor comunicativo do relatório do auditor foi proporcionada pela implantação dos *Key Audit Matters* (KAM), ou Principais Assuntos de Auditoria (PAA), os quais, de acordo com a NBC TA 701, são tópicos que visam fornecer informações adicionais aos usuários das demonstrações contábeis sobre a auditoria realizada, de modo a auxiliar no entendimento dos assuntos que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram relevantes para embasar a opinião da auditoria (NBC TA 701, 2016).

Para Cordoş e Fülöp (2015), a nova seção dos *Key Audit Matters* (KAM) fortalece a Teoria da Confiança Inspirada (*Theory of Inspired Confidence*) desenvolvida em 1932 pelo professor holandês Theodore Limperg (Hayes et al., 1999). De acordo com a teoria (Limperg, 1932) a demanda por informações de auditoria surge como resultado da participação dos *stakeholders* externos aos negócios da empresa. Nesse sentido, os *Key Audit Matters* emergem com o propósito de suprir as necessidades dos grupos de interesse, fornecendo-os informações

relevantes para que eles decidam se as divulgações fornecidas pela administração são tendenciosas ou não (Cordoş & Fülöp, 2015).

Diante de um novo contexto normativo, é do interesse dos auditores que a nova estrutura do relatório tenha êxito no reporte de informações relevantes de modo que atendam às exigências dos investidores. Além disso, a qualidade da informação contábil também é um fator de interesse dos auditores já que, de acordo com Cho, Ki e Know (2015), uma baixa qualidade dos lucros reportados impõe fatores de risco para os auditores independentes, pois caso a correspondência entre o lucro e o fluxo de caixa seja baixa, pode-se chegar ao entendimento de que as demonstrações financeiras não são adequadas e de que não há razoabilidade em suas estimativas.

Assim, apesar das mudanças normativas no trabalho do auditor envolverem processos complexos (Boolaky e Omoteso, 2016), atualmente, após o referido processo regulatório, os benefícios da reforma já podem ser percebidos agora que os novos relatórios de auditoria são mais abrangentes e, conseqüentemente, mais informativos quanto a realidade econômica do negócio. Além disso, uma vez que esta pesquisa propõe identificar a influência da reforma na qualidade da informação contábil, a qual pode ser influenciada pela auditoria (Kouaib & Jarboui, 2014, Shan, 2015, Huguet & Gandía, 2016), acredita-se que as demonstrações financeiras são impactadas com efeito das novas regulamentações. Mediante tais embasamentos teóricos e empíricos, formula-se a seguinte hipótese de pesquisa:

- **Hipótese da pesquisa:** A implementação do Novo Relatório do Auditor contribuiu para a melhoria da qualidade da informação contábil no mercado de capitais brasileiro.

3. METODOLOGIA

3.1 Seleção da Amostra e Coleta de Dados

A amostra desta pesquisa corresponde às empresas não-financeiras listadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balção) com dados disponíveis para a construção dos modelos no período estudado. As empresas financeiras, em virtude do processo de mensuração dos *accruals* e de outras particularidades em relação às empresas dos demais setores, foram excluídas da amostra. Levando em conta que o Novo Relatório do Auditor (NRA) foi implementado para demonstrações contábeis findas em, ou após, 31 de dezembro de 2016 (CFC, 2016), o período estudado nesta pesquisa cobriu os três anos que antecederam a mudança, ou seja, de 2013 a 2015, bem como o período pós-implantação do NRA que se refere aos exercícios de 2016 a 2018. Assim, em uma visão geral, a pesquisa cobre uma janela temporal entre os anos de 2013 a 2018 que será dividida em dois cenários: antes do NRA e após o NRA. Os atributos da qualidade da informação contábil serão analisados comparativamente de modo que se permita observar o comportamento das *proxies* adotadas.

Os dados financeiros necessários para a pesquisa foram coletados da base de dados *Thomson Reuters Eikon*®. A amostra da pesquisa é composta por 216 empresas não financeiras listadas na B3 as quais apresentaram disponibilidade de dados suficientes para a estimação dos modelos aplicados na pesquisa entre os anos de 2013 a 2018. Para testes adicionais através dos modelos de Qualidade da Informação Contábil utilizados nesta pesquisa, as informações referentes à (a) natureza do PAA (ativo, passivo, receita, despesas ou outros assuntos) e à (b) quantidade de PAAs foram obtidos a partir dos Relatórios dos Auditores Independentes disponibilizados no site da B3. Nesse sentido, o objetivo é captar características informacionais do Novo Relatório do Auditor, por meio dos PAAs, uma vez que estes expressam informações relevantes sobre os relatórios financeiros (Cordoş & Fülöp, 2015), e relacioná-los com a *proxy* de gerenciamento de resultados.

3.2 Modelos de Qualidade da Informação Contábil

3.2.1 Persistência dos Lucros

No presente estudo, a estimação da métrica da persistência dos lucros se dará pelo coeficiente angular do modelo utilizado por Dechow e Schrand (2004):

$$X_{it+1} = \alpha_0 + \alpha_1 X_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

em que: X_{it+1} é o valor do lucro operacional (ou fluxo de caixa) da empresa i no período $t+1$; X_{it} é o valor do lucro operacional (ou fluxo de caixa) da empresa i no período t ; ε_{it-1} é o erro

da regressão. Todas as variáveis são ponderadas pelo ativo total do início do período. Neste modelo, a ser estimados por dados em painel, considera-se que os lucros contábeis são mais persistentes quando a estimativa do seu coeficiente α_1 está mais próxima de 1. Assim, quanto mais próximo de 1, maior é a capacidade preditiva do lucro presente em relação aos lucros futuros, o que implica em uma informação contábil de maior qualidade.

Para atender o objetivo da pesquisa, o modelo de persistência dos lucros (Dechow & Schrand, 2004), conforme Equação (1), será operacionalizado nos dois períodos descritos anteriormente: pré-implantação do NRA (2013 a 2015) e pós-implantação do NRA (2016 a 2018). Após isso, os níveis de persistência dos lucros (α_1) serão comparados para verificar se após a implantação do NRA houve melhoria nesse atributo da qualidade da informação contábil, testando, assim, a Hipótese da pesquisa.

3.2.2 Conservadorismo

Para estimação do nível de conservadorismo das demonstrações contábeis antes e após a implementação do Novo Relatório do Auditor (NRA), será utilizado o modelo proposto por Ball e Shivakumar (2005), conforme Equação (2):

$$\Delta NI_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 D\Delta NI_{it-1} + \alpha_2 \Delta NI_{it-1} + \alpha_3 \Delta NI_{it-1} * D\Delta NI_{it-1} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

em que: ΔNI_{it} é a variação no lucro líquido contábil da empresa i do ano $t-1$ para o ano t ; $D\Delta NI_{it-1}$ é uma variável *dummy* para indicar se existe variação negativa no lucro líquido contábil da empresa i do ano $t-1$ para o ano t (ΔNI_{it}) assumindo valor 1 se $\Delta NI_{it} < 0$, e 0 nos demais casos; ΔNI_{it-1} é a variação no lucro líquido contábil da empresa i do ano $t-2$ para o ano $t-1$; ε_{it} é o erro da regressão. Todas as variáveis do modelo são ponderadas pelo valor total do ativo no início do período.

Sob a perspectiva do conservadorismo condicional no lucro contábil, a tempestividade no reconhecimento de ganhos e perdas deve ser assimétrica. Assim, espera-se que o coeficiente α_2 seja estatisticamente igual a zero ($\alpha_2 = 0$) uma vez que ele resulta do diferimento do reconhecimento dos ganhos até o momento em que seus fluxos de caixa sejam efetivamente realizados, indicando, assim, que os resultados positivos se tornem um componente persistente do lucro contábil, que tende a não se reverter (Ball & Shivakumar, 2005). Caso contrário, ou seja, se o coeficiente α_2 for menor que zero ($\alpha_2 < 0$), denotará que há reconhecimento oportuno, em que os ganhos são elementos transitórios nos resultados correntes e que eles tendem a sofrer reversões nos períodos seguintes.

Com relação ao coeficiente α_3 , busca-se que este seja menor que zero ($\alpha_3 < 0$), o que implica afirmar que há um reconhecimento mais oportuno das perdas do que dos ganhos. O reconhecimento oportuno das perdas (conservadorismo), da mesma forma, resulta em decréscimos transitórios nos resultados, devendo ser revertidas nos períodos seguintes, implicando que o somatório dos coeficientes α_2 e α_3 seja menor que zero ($\alpha_2 + \alpha_3 < 0$).

Para analisar se existem diferenças significativas no comportamento conservador após a implementação do Novo Relatório do Auditor (NRA), considera-se que o período (antes e após o NRA) com o menor somatório dos coeficientes estimados de α_2 e α_3 é aquele com maior nível de conservadorismo nos resultados contábeis.

3.2.3 Gerenciamento de Resultados (GR)

3.2.3.1 Modelo de Pae (2005)

A obtenção do nível de gerenciamento de resultados se dará através da estimação dos *accruals* discricionários obtidos pelo modelo de Pae (2005). Além de ser um modelo amplamente difundido na literatura empírica sobre gerenciamento de resultados, o modelo de Pae (2005) se trata de uma versão atualizada do modelo de Jones (1991) e avança em relação a este último ao implementar uma variável relacionada ao fluxo de caixa e uma variável concernente à reversão natural dos *accruals* passados no período corrente. O modelo é descrito pela Equação 3.

$$AT_{it} = \alpha_0 \left(\frac{1}{A_{it-1}} \right) + \alpha_1 (\Delta REV_{it}) + \alpha_2 (PPE_{it}) + \alpha_3 (FCO_{it}) + \alpha_4 (FCO_{it-1}) + \alpha_5 (AT_{it-1}) + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

onde: AT_{it} são os *accruals* totais da empresa i , no período t ; A_{it-1} é o ativo total no final do período $t-1$; ΔREV_{it} é a variação das receitas líquidas entre o período $t-1$ e t , ponderados pelo ativo final do período $t-1$; PPE_{it} é o saldo das contas do ativo imobilizado, ativos intangíveis e ativo diferido no período t , ponderados por seu ativo total no final do período $t-1$; FCO_{it} é o fluxo de caixa operacional no final do período t , ponderados por seu ativo total no final do período $t-1$; FCO_{it-1} é o fluxo de caixa operacional no final do período $t-1$, ponderados por seu ativo total no final do período $t-2$; e AT_{it-1} são os *accruals* totais no período $t-1$, ponderados por seu ativo total no final do período $t-2$.

Para a obtenção dos *accruals* totais (AT_{it}), o cálculo foi procedido da seguinte maneira:

$$AT_{it} = \frac{Lucro_{it} - FCO_{it}}{A_{it-1}} \quad (4)$$

em que: AT_{it} são os *accruals* totais da empresa i no período t ; $Lucro_{it}$ é o resultado antes de itens extraordinários e operações descontinuadas da empresa i , entre o ano $t-1$ e t ; FCO_{it} é o

fluxo de caixa operacional da empresa i entre os períodos t ; e A_{it-1} são os ativos totais da empresa i , no período $t-1$.

A variável dependente do modelo de Pae (2005) são os *accruals* totais, os quais podem ser divididos em *accruals* discricionários e não discricionários. As variáveis independentes irão explicar os *accruals* não discricionários, sendo os *accruals* discricionários (AD_{it}) obtidos pelo erro da regressão (resíduo).

A fim de se obter estimações mais acuradas dos *accruals* discricionários (AD_{it}), as estimações serão feitas em *cross-sectional* e por setor econômico de atuação da empresa (mediante classificação da *Thomson Reuters Eikon®*), ou seja, procedimentos de estimação por ano e por setor. Paulo (2007) afirma que estimações efetuadas separadamente por setor econômico reduzem a probabilidade dos *accruals* anormais serem afetadas pelos efeitos setoriais, reduzindo, assim, a influência de fatos particulares de gerenciamento de resultados não observáveis sobre as estimativas dos parâmetros dos *accruals* normais. Além disso, os *accruals* discricionários (AD_{it}) foram estimados através do método *System Generalized Method of Moments* (GMM), que baseada na presença de endogeneidade e correlação nos resíduos, e na utilização de variável instrumental como mecanismo de controle, garantem maior eficiência ao método (Barros et al., 2010).

Vale ressaltar que, para esta pesquisa, não importa se o gerenciamento ocorreu para mais ou para menos. Em razão disto, os valores dos *accruals* discricionários (AD_{it}) serão considerados em módulo.

3.2.3.2 Modelos para Análise do Efeito do NRA sobre o GR

Após os *accruals* discricionários (AD_{it}) serem devidamente estimados, um modelo de dados em painel será proposto para viabilizar a análise da influência do Novo Relatório do Auditor (NRA) sobre as práticas do gerenciamento de resultados. Desse modo, dado que a auditoria possui influência na redução de tais práticas (Palmrose, 1989, Krishnan, 2003, Vinciguerra & O'Reilly-Allen, 2004), espera-se observar o efeito da implementação do NRA sobre os *accruals* discricionários através do seguinte modelo:

$$AD_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 APÓS_{NRA} + \alpha_2 ALAV_{it} + \alpha_3 ROA_{it} + \alpha_4 TAM_{it} + \alpha_5 Big4_{it} + \alpha_6 \Delta PIB_t + \alpha_7 \Delta INF_t + \varepsilon_{it} \quad (5)$$

em que: AD_{it} são os *accruals* discricionários da empresa i no período t ; $APÓS_{NRA}$ variável *dummy* correspondente ao período pós-implantação no NRA, sendo 1 para os anos de 2016, 2017 e 2018, e 0 para os demais anos (2013, 2014 e 2015); como variáveis de controle, tem-se:

$ALAV_{it}$ é a alavancagem financeira da empresa i no final do período t ; ROA_{it} é a rentabilidade dos ativos da empresa i no final do período t ; $TAM_{i,t}$ é o \ln do ativo da empresa i no final do período t ; $Big4_{it}$ variável *dummy* em que recebe 1 empresas auditadas por *Big Four* e 0 caso contrário; ΔPIB_t corresponde à variação do PIB do ano t em relação a $t-1$; ΔINF_t corresponde à variação da inflação do ano t em relação a $t-1$.

Para testar a Hipótese de pesquisa, espera-se que o coeficiente α_1 da variável $APÓS_{NRA}$ seja negativo e estatisticamente significativa, indicando que houve uma redução na prática de gerenciamento de resultados após a implementação do Novo Relatório do Auditor, ou seja, uma melhoria na qualidade da informação contábil no período de 2016 a 2018.

Sobre as variáveis de controle, assim como Brunozi et al. (2018), este estudo optou por dimensões variadas que podem afetar características da qualidade da informação contábil, como tamanho da empresa (TAM_{it}) e rentabilidade (ROA_{it}). A alavancagem financeira ($ALAV_{it}$) foi considerada uma vez que, se tratando de gerenciamento de resultados, de acordo com Clarkson et al. (2011), o endividamento induz o aumento de práticas discricionárias na empresa. As variáveis ΔPIB_t e ΔINF_t que correspondem às variações do PIB e da inflação, respectivamente, foram incluídas como *proxies* para controle do ambiente macroeconômico. Para Cohen, Dey e Lyz (2008), é importante controlar o efeito da atividade econômica sobre o gerenciamento, pois pode ocorrer de ser classificado como gerenciamento oportunista algo que, na verdade, se trata de consequências de mudanças nas condições econômicas. Assim, a inclusão destas variáveis é relevante uma vez que mudanças na qualidade da informação contábil, antes e após a implementação do NRA, podem ter ocorrido em virtude do ambiente econômico.

Por fim, com o intuito de observar a relação das características informacionais presentes no NRA sobre a prática do gerenciamento de resultados, serão incluídas as variáveis referentes à (a) natureza e (b) quantidade de *PAA*s. O modelo será operacionalizado considerando apenas o período após a implementação do NRA (2016 a 2018). O modelo é descrito pela Equação 6.

$$AD_{it} = \alpha_1 PAA_At_{it} + \alpha_2 PAA_Pas_{it} + \alpha_3 PAA_Rec_{it} + \alpha_4 PAA_Des_{it} + \alpha_5 PAA_Out_{it} + \alpha_6 Q_PAA_{it} + \alpha_7 ALAV_{it} + \alpha_8 ROA_{it} + \alpha_9 TAM_{it} + \alpha_{10} Big4_{it} + \alpha_{11} \Delta PIB_t + \alpha_{12} \Delta INF_t + \varepsilon_{it} \quad (6)$$

em que: *PAA* são variáveis *dummy* que indicam a natureza dos *PAA*s (α_1 : Ativo; α_2 : Passivo; α_3 : Receita; α_4 : Despesas; e α_5 : Outros Assuntos, respectivamente) presentes no relatório de auditoria da empresa i no ano t ; Q_PAA_{it} é uma variável numérica que indica a quantidade de *PAA*s no relatório de auditoria da empresa i no ano t ponderada pelo tamanho do ativo (TAM_{it}); as demais variáveis foram definidas anteriormente conforme Equação (6).

Neste modelo, inicialmente, espera-se que os coeficientes α_1 α_2 α_3 α_4 α_5 α_6 sejam diferentes de zero ($\alpha_x \neq 0$) e estatisticamente significantes, indicando que a (a) natureza e (b) quantidade de PAAs influenciam a qualidade da informação contábil. Em seguida, espera-se que tais coeficientes sejam negativos e significantes ($\alpha_x < 0$), denotando que a presença das informações expostas no NRA através dos PAAs, bem como a quantidade destes, reduzem a prática de gerenciamento de resultados.

Assim, a partir destes modelos, será possível observar como a prática de gerenciamento de resultados nas organizações reagiu à implementação de um relatório de auditoria mais transparente e informativo. Diante disso, visto o contexto de mudanças, o auditor independente assume novos desafios pois, agora, passa a divulgar para o mercado informações sobre aspectos econômicos das empresas que antes não eram divulgados, viabilizando um ambiente menos assimétrico e que pode refletir positivamente na qualidade da informação contábil ao mitigar riscos de decisões arbitrárias que prejudicamos relatórios financeiros.

4 RESULTADOS

4.1. Análise Descritiva

As estatísticas descritivas das 216 firmas analisadas são apresentadas na Tabela 1. O painel A compreende o período imediatamente anterior à implantação do Novo de Relatório do Auditor (NRA), bem como o painel B cobre o período após a implementação do NRA. Os dados foram trabalhados em painel balanceado com 216 observações por ano, compondo 648 observações entre 2013 e 2015 (Painel A) e 648 observações entre 2016 e 2018 (Painel B), o que totaliza um global de 1.296 observações. Destaca-se, ainda, que todos os dados financeiros foram coletados em Reais (BRL) no final de cada ano fiscal.

Tabela 1

Estatística descritiva da amostra de empresas antes e após o Novo Relatório do Auditor

PAINEL A - ANTES DO NOVO RELATÓRIO DO AUDITOR (2013-2015)					
Descrição	Obs	Média	Desv. Padrão	Min.	Máx.
Lucro t	648	0.0099	0.1777	-1.5160	0.7518
Lucro t-1	648	0.0352	0.1590	-1.4540	1.0936
Δ NI	648	-0.0086	0.1521	-1.3779	1.9334
Δ NI t-1	648	0.0007	0.1463	-1.3779	1.9334
AD_{it}	648	0.0786	0.0500	0.0092	0.1857
Alav	648	0.3629	0.4892	0.0000	6.9254
ROA	648	-0.0015	0.1828	-1.6064	0.3947
TAM	648	21.6894	1.8333	16.5465	27.5258
Big4	648	0.7407		0	1
Δ PIB	648	-0.0123	2.7012	-3.5459	3.0049
Δ INFL	648	1.2088	1.0913	0.1248	2.7007
PAINEL B - APÓS O NOVO RELATÓRIO DO AUDITOR (2016-2018)					
Descrição	Obs	Média	Desv. Padrão	Min.	Máx.
Lucro t	648	0.0050	0.2141	-1.5954	2.8727
Lucro t-1	648	-0.0071	0.2288	-1.5954	2.8727
Δ NI	648	0.0236	0.2021	-0.6382	3.1921
Δ NI t-1	648	0.0101	0.2033	-1.0410	3.1921
AD_{it}	648	0.0716	0.0500	0.0074	0.1827
Alav	648	0.3693	0.6633	0.0000	9.6001
ROA	648	-0.0077	0.1916	-1.6022	0.8738
TAM	648	21.7379	1.9225	16.3768	27.4808
Big4	648	0.6512		0	1
Δ PIB	648	-0.3746	2.0740	-3.3054	1.1176
Δ INFL	648	-1.7883	2.4886	-5.2928	0.2185
PAA_{Ativo}	648	0.7809		0	1
$PAA_{Passivo}$	648	0.4861		0	1
$PAA_{Receita}$	648	0.3688		0	1
$PAA_{Despesa}$	648	0.0802		0	1
$PAA_{Outros Assuntos}$	648	0.4877		0	1
Q_{PAA}	648	0.1308	0.0568	0.0414	0.3973

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Inicialmente, nota-se que a média do lucro operacional das empresas (Lucro t) foi maior entre 2013 e 2015 (0,0099) quando comparado com o período seguinte, 2016 a 2018 (0,0050), indicando que o desempenho das empresas, com base nos seus resultados médios, foi mais

satisfatório no período que antecedeu a implementação do Novo Relatório do Auditor. O desvio padrão dos lucros entre 2016 e 2018 (0,2141) se mostrou acima da média quando comparado com o desvio padrão entre 2013 e 2015 (0,1777), o que indica que no período após a implementação do Novo Relatório do Auditor, a dispersão dos lucros entre as empresas listadas foi superior ao período anterior do estudo. Tal dispersão nos permite entender, também, que neste período, entre 2016 e 2018, enquanto algumas empresas foram muito lucrativas em termos operacionais, outras empresas apresentaram grandes prejuízos.

As variáveis utilizadas no modelo de Conservadorismo (Ball e Shivakumar, 2005), que partem do lucro líquido das firmas, também apresentam um comportamento similar em termos de desvio padrão. Estas variáveis (ΔNI_t e ΔNI_{t-1}) mostram que o desvio padrão da variação do lucro líquido das empresas entre o ano corrente e o ano anterior, teve um maior nível de dispersão entre 2016 e 2018, quando comparado com o período anterior. Em termos econômicos, percebe-se que no cenário brasileiro o lucro operacional e lucro líquido das empresas apresentaram um padrão similar de desempenho.

A variável AD_{it} (*proxy*) que mede o nível de gerenciamento de resultados (Pae, 2005) apresenta médias similares entre os períodos antes e após a implementação do Novo Relatório do Auditor (0,0786 e 0,0716, respectivamente), sendo que no período entre 2016 e 2018, esta média do nível de gerenciamento de resultados diminuiu. O desvio padrão foi o mesmo em ambos os períodos estudados, o que indica a ausência de grandes mudanças na dispersão dos dados quanto à prática do gerenciamento de resultados antes e após a implantação do Novo Relatório do Auditor.

As demais variáveis utilizadas nesta pesquisa, como alavancagem (Alav), ROA e tamanho das firmas (TAM), apresentam médias similares entre ambos os períodos, indicando que a estrutura de endividamento, retorno sobre os ativos e o tamanho das firmas não sofreram grandes mudanças de um período para o outro, apesar de termos observado condições macroeconômicas um tanto que distintas em termos de variação do PIB (Δ PIB) e da inflação (Δ INFL) conforme apresentado em variáveis de controle utilizadas neste estudo.

Com relação a variável *dummy Big4*, esta que indica por que tipo de firma a empresa foi auditada, observa-se que, com base na média, o número de empresas auditadas por *Big Four* diminuiu no período após a o Novo Relatório do Auditor, uma vez que a média caiu de 0,7407 para 0,6512. Dessa forma, percebe-se que a prestação de serviços de auditoria independente pelas maiores firmas de auditoria (*Big Four*) foi mais presente no mercado de capitais entre 2013 e 2015, período que antecedeu a implementação do NRA.

Por fim, com o objetivo de analisar a natureza dos Principais Assuntos de Auditoria (PAA) trazidos com a implementação do Novo Relatório do Auditor, pode se observar que os PAAs de natureza relacionada ao Ativo (*PAA_Ativo*) teve uma maior média em relação aos demais, sugerindo que este foi o PAA mais recorrentes no Novo Relatório do Auditor das empresas estudadas no período de 2016 a 2018. Os PAAs concernentes ao Passivo e a Outros Assuntos que não contas contábeis (*PAA_Passivo* e *PAA_Outros Assuntos*), tiveram maior ocorrência do que os PAAs de Receita (*PAA_Receita*) e do que os PAAs de Despesa (*PAA_Despesa*), sendo este último o com menor ocorrência nos relatórios dos auditores independentes.

A última dimensão de variáveis do Novo Relatório do Auditor é representada pela quantidade de PAAs (*Q_PAA*) por relatório das empresas no período de 2016 a 2018. Esta variável foi dividida pelo logaritmo do ativo (*TAM*) com o objetivo de utilizar um número de PAAs ponderado pelo tamanho das companhias. O seu desvio padrão de 0,0568 frente à média de 0,1308 mostra uma dispersão normal, indicando que a quantidade de PAAs entre as firmas não diverge significativamente.

4.2. Análise da Persistência dos Lucros Antes e Após o Novo Relatório do Auditor

O primeiro modelo utilizado nesta pesquisa, diz respeito a persistência dos lucros conforme foi proposto por Dechow e Schrand (2004). A persistência dos lucros, conhecida como um atributo da qualidade da informação contábil, funciona como uma métrica sumária dos fluxos de caixa futuros, sendo altamente úteis à avaliação de títulos (Dechow et al., 2010). Arelado a isto, e conforme exposto anteriormente, a importância da auditoria como fator que suporta a qualidade da informação contábil, buscou-se observar como o atributo da persistência dos lucros se comportou após a implementação no Novo Relatório do Auditor.

Após realizar o teste de Chow, Breusch-Pagan e teste de Hausman, os resultados apontaram para a estimação do modelo com efeito aleatório para ambos os períodos (de 2013 a 2015 e de 2016 a 2018). Após teste de Jarque-Bera, os resíduos das regressões evidenciaram distribuição não normal, rejeitando a hipótese de normalidade, porém, respaldado pelo Teorema do Limite Central e na Lei dos Grandes Números, tal pressuposto foi relaxado (Brooks, 2008). Para corrigir os problemas de heterocedasticidade e autocorrelação, a estimação do modelo foi procedida com regressão robusta retornando melhores parâmetros.

Tabela 2
Persistência dos Lucros - Antes e Após o Novo Relatório do Auditor (modelo 1)

Lucro <i>t</i>	Antes (2013-2015)	Após (2016-2018)
Lucro <i>t-1</i>	0.865***	0.649***

	(0.033)	(0.049)
Constante	-0.015***	0.010***
	(0.003)	(0.003)
Observations	648	648
Prob > chi2	0,000	0,000
R ² Overall	0,58	0,44

Notas: erros padrão apresentados em parênteses.

Significância *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Com base nos resultados apresentados pelo modelo de persistência dos lucros (Dechow & Schrand, 2004), nota-se que no período após a implantação no Novo Relatório do Auditor (2016-2018), houve uma redução no nível de persistência (0,649) quando comparado com o período anterior à implantação (0,865). De acordo com os estudos referentes à persistência dos lucros (Kouaib & Jarboui 2014, Shan 2015, Huguet & Gandía, 2016), esta redução indica uma diminuição na qualidade da informação contábil no período marcado pela a implementação do Novo Relatório do Auditor.

Assim, o resultado não confirma a hipótese desta pesquisa no aspecto do atributo de persistência dos lucros, indicando que o evento da implantação do Novo Relatório do Auditor, na média, não contribuiu para a melhoria da qualidade da informação contábil. Vale salientar que o período estudado nesta pesquisa foi imediatamente após a implementação do Novo Relatório do Auditor, sendo possível que as empresas estivessem em uma fase de ajustamento aos novos padrões dos quais seus reflexos serão mais observáveis em períodos futuros.

4.3. Análise do Conservadorismo Antes e Após o Novo Relatório do Auditor

O segundo atributo a ser estudado nesta pesquisa, se refere ao conservadorismo das demonstrações contábeis o qual será observado antes e após a implementação do Novo Relatório do Auditor (NRA), mediante modelo proposto por Ball e Shivakumar (2005). A importância de analisar o atributo do conservadorismo após a mudança na estrutura do relatório do auditor se dá também pela ideia de que o conservadorismo está centrado na proteção do investidor, na perspectiva de não reportar falsas expectativas que possam comprometer suas decisões.

Alguns pesquisadores (Ball, Robin & Wu, 2003, Ball & Shivakumar, 2005, Pae, Thornton & Welker, 2005, Barth, Landsman & Lang, 2008), ao estudarem a relação do conservadorismo nos lucros com a qualidade da informação contábil, defendem, em sua maioria, que a presença do conservadorismo no processo de contabilização eleva o poder informacional dos relatórios financeiros, já que possíveis situações que gerem perdas futuras são devidamente antecipadas.

Com base no modelo de Ball e Shivakumar (2005), o qual foi estimado com efeitos fixos robustos, o maior nível de conservadorismo entre os períodos é observado a partir da soma dos coeficientes α_2 e α_3 , em que aquele com a menor soma, será o período com maior nível de conservadorismo.

Tabela 3
Conservadorismo - Antes e Após o Novo Relatório do Auditor (modelo 2)

ΔNI_{it}	Antes (2013-2015)	Após (2016-2018)
$\alpha_1 D \Delta NI$	-0.124*** (0.018)	-0.160*** (0.023)
$\alpha_2 \Delta NI_{t-1}$	-0.391* (0.210)	-0.401** (0.158)
$\alpha_3 D \Delta NI * \Delta NI_{t-1}$	-0.022 (0.229)	-0.074 (0.188)
Constante	0.059*** (0.010)	0.095*** (0.010)
Observações	648	648
Prob > F	0,000	0,000
R ² Overall	0,28	0,22

Notas: erros padrão apresentados em parênteses.

Significância *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Deste modo, identificou-se que a soma dos coeficientes (α_2 e $\alpha_3 = -0,4750$) após a implantação do NRA (2016-2018) foi menor quando comparada com a soma o período anterior (α_2 e $\alpha_3 = -0,4130$), o que permite concluir que o nível de conservadorismo presente nas demonstrações contábeis foi maior após o período marcado pela implementação do Novo Relatório do Auditor.

Assim, diante do atributo do conservadorismo nota-se uma melhoria na qualidade da informação contábil após as mudanças ocorridas no relatório do auditor, o que confirma a hipótese desta pesquisa e corrobora com a ideia de que a presença do conservadorismo no processo de contabilização eleva o poder informacional dos relatórios financeiros (Pae, Thornton & Welker, 2005, Barth, Landsman & Lang, 2008).

4.4. Análise do Gerenciamento de Resultados Após o Novo Relatório do Auditor

O último atributo objeto desta pesquisa, diz respeito ao gerenciamento de resultados, onde, partindo da estimação dos *accruals* discricionários pelo modelo de Pae (2005), foi proposto um modelo (modelo 5) para viabilizar a análise da influência da implantação do Novo Relatório do Auditor (NRA) sobre as práticas do gerenciamento de resultados. Neste modelo a

variável $APÓS_{NRA}$, é uma variável *dummy* a qual atribuiu-se 1 para o período após a implementação do NRA (2016 a 2018) e 0 para o período anterior (2013 a 2015).

Após realizar o teste de Chow, Breusch-Pagan e teste de Hausman, os resultados apontaram para a estimação do modelo com efeito aleatório. Houve relaxamento do pressuposto de normalidade fundamentado no Teorema do Limite Central. Não foi identificada multicolinearidade nos dados e os pressupostos de heterocedasticidade e autocorrelação foram corrigidos com a estimação de regressão robusta para melhor retorno de parâmetros.

Tabela 4
Gerenciamento de Resultados Após o Novo Relatório do Auditor (modelo 5)

AD_{it}	2013-2018
<i>D_Novo Relatório</i>	-0.004 (0.003)
Alav	0.001 (0.004)
ROA	0.014 (0.016)
TAM	-0.001 (0.002)
<i>Big4</i>	0.010** (0.004)
Δ PIB	-0.000 (0.000)
Δ Inflação	0.001 (0.001)
Constante	0.099*** (0.036)
Observations	1.296
Prob > chi2	0.005
R ² Overall	0.03

Notas: erros padrão apresentados em parênteses.

Significância *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Com base nos resultados da regressão (Tabela 4), o coeficiente α_1 da variável $APÓS_{NRA}$, apresentou sinal negativo, porém sem significância estatística, não permitindo relacionar uma redução da prática de gerenciamento de resultados (AD_{it}) com a implementação do Novo Relatório do Auditor. Dessa forma, diante o atributo do gerenciamento de resultados, não se confirma a hipótese desta pesquisa quanto a melhoria da qualidade da informação contábil após a implantação do NRA. Ademais, as variáveis de controle não apresentaram significância estatística, exceto a variável referente às firmas de auditoria, permitindo concluir que empresas que são auditadas por *Big4*, na amostra estudada, possuem uma maior tendência à prática de gerenciamento de resultados.

Adicionalmente, foi proposto um último modelo (modelo 6) a fim de observar a relação das características informacionais no NRA com a prática do gerenciamento de resultados através da natureza e quantidade dos PAAs. Este modelo de dados em painel foi estimado com

efeito aleatório, conforme apontado pelos resultados dos testes de Chow, Breusch-Pagan e Hausman. Não foi identificada multicolinearidade nos dados e os pressupostos de heterocedasticidade e autocorrelação foram corrigidos com a estimação de regressão robusta para melhor retorno de parâmetros.

Tabela 5
Gerenciamento de Resultados e Natureza dos PAAs (modelo 6)

<i>AD_{it}</i>	2016-2018
<i>PAA_Ativo</i>	0.009 (0.008)
<i>PAA_Passivo</i>	-0.000 (0.005)
<i>PAA_Receita</i>	0.000 (0.005)
<i>PAA_Despesa</i>	0.022*** (0.007)
<i>PAA_OutrosAssuntos</i>	0.004 (0.005)
<i>Q_PAA</i>	-0.077 (0.054)
Alav	-0.002 (0.004)
ROA	0.009 (0.015)
TAM	-0.002 (0.002)
<i>Big4</i>	0.009 (0.006)
Δ PIB	-0.002** (0.001)
Δ INFL	0.000 (0.001)
Constant	0.105** (0.043)
Observations	648
Prob > chi2	0.0045
R ² Overall	0.04

Notas: erros padrão apresentados em parênteses.

Significância *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Os resultados reportados pelo modelo 6 indicaram a existência de uma relação significativa e direta dos PAAs de despesas (*PAA_Despesa*) com a prática de gerenciamento de resultados (*AD_{it}*). Com isso, é possível admitir que em empresas em que as contas de despesas (PAAs) foram relevantes para os auditores independentes, haveria nestas firmas um maior nível de engajamento com práticas de gerenciamento de resultados. Além disso, este resultado expande evidências similares de estudos anteriores sobre a capacidade de identificar a prática

de gerenciamento de resultados partindo de variáveis extraídas do trabalho do auditor independente (Krishnan, 2003, Bartov, Gul & Tsui, 2001, Sengupta & Shen, 2007).

Apesar dos demais PAAs e da variável referente à quantidade de PAAs (Q_PAA) divulgados não terem apresentado relação significativa com o gerenciamento de resultados, a evidência de que o reporte de PAAs concernentes a contas de despesas estão relacionadas com o gerenciamento de resultados, pode auxiliar os usuários da informação contábil em suas tomadas de decisão, bem como em um maior entendimento sobre as dimensões do relatório do auditor independente e de sua relação com a qualidade da informação contábil.

Foi demonstrado nesta pesquisa, também, que os atributos da qualidade da informação contábil, persistência dos lucros, conservadorismo e gerenciamento de resultados, apresentaram resultados divergentes entre si quanto ao reflexo do advento do Novo Relatório do Auditor. Isso corrobora com a premissa de que a qualidade da informação contábil é um tema complexo o envolve várias dimensões e que não há necessariamente um consenso entre as *proxies*, visto que a qualidade da informação não é fácil de ser observada e mensurada (Isidro & Raonic, 2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o efeito da implementação do Novo Relatório do Auditor (NRA) e seu reflexo na qualidade da informação contábil no mercado de capitais brasileiro. Tal relação tem respaldo em estudos que evidenciam a capacidade que a auditoria possui para influenciar a qualidade da informação contábil (Francis, Maydew & Sparks, 1999, Hu, 2015, Huguet & Gandía, 2016).

O relatório do auditor independente, ferramenta de alta relevância para diversos tipos de *stakeholders*, com o seu objetivo de fornecer uma garantia razoável da conformidade das demonstrações financeiras (Tušek & Jezovita, 2018), passou por alterações importantes que afetaram a estrutura e determinadas dimensões da informação reportada. Em janeiro de 2015, após um processo de reestruturação que foi denominado de *Auditor Reporting Project*, o IAASB divulgou a ISA 701 tratando das alterações no Relatório do Auditor com vigência para auditorias de demonstrações financeiras de períodos findos a partir de 15 de dezembro de 2016 (IFAC, 2015).

Em seu aspecto teórico, considerando as mudanças advindas de processos regulatórios, esta pesquisa tem como base a Teoria Econômica da Regulação a qual postula, mediante Stigler (1971) e Peltzman (1976), que a função da regulação é proteger e gerar benefícios para o mercado, ou pelos menos à maior parte dele. Nesse sentido, os processos regulatórios são respostas eficientes (Kothari et al, 2010) e elevam a confiança envolvida no ambiente econômico o que reafirma a Teoria da Confiança Inspirada (Limpert, 1932), também defendida nesta pesquisa, por entender que as alterações nos relatórios de auditoria buscavam principalmente maximizar a confiança dos seus usuários, após anos de rupturas causadas por fraudes contábeis no mercado financeiro.

Em um cenário de mudanças regulatórias que envolve as informações financeiras, se espera que a qualidade da informação contábil sinalize de alguma forma os efeitos de determinadas alterações. Nesse contexto, a qualidade da informação contábil, uma vez exposta a diversos fatores econômicos (Gaio, 2010, Isidro & Raonic, 2012), é influenciada por aspectos regulatórios, como os padrões de contabilidade de alta qualidade (Barth, Landsman & Lang, 2008; Houqe, Van Zijl, Dunstan & Karim, 2012), o sistema legal do país (Soderstrom & Sun, 2007, La Porta, LopezDe-Silanes & Shleifer, 2008) e pela aplicação ampla e efetiva das normas de auditoria (Houqe et al, 2012).

Todavia, a qualidade da informação contábil não é fácil de ser observada e mensurada (Isidro & Raonic, 2012), mas pode ser avaliada a partir de atributos (Dechow, Ge & Schrand,

2010), dentre eles a persistência dos lucros, conservadorismo e gerenciamento de resultados, atributos estes os quais foram abordados nesta pesquisa.

Assim, partindo de bases teóricas e dos processos regulatórios no segmento da auditoria independente, com dados financeiros de 216 companhias listadas na B3 (Bolsa de Valores), esta pesquisa analisou *proxies* de qualidade da informação contábil por meio de regressões estatísticas no período pré (2013 a 2015) e pós (2016 a 2018) a implementação do Novo Relatório do Auditor no cenário brasileiro.

O primeiro modelo, referente ao atributo da persistência dos lucros (Dechow & Schrand, 2004), o qual é tido como uma métrica sumária dos fluxos de caixa futuros e úteis à tomada de decisões de investimentos (Dechow et al., 2010), foi operacionalizado nos dois cenários, antes e após a implementação do Novo Relatório do Auditor (NRA). Os resultados encontrados demonstraram que após a implementação do NRA as empresas reportaram lucros com menor nível de persistência, indicando uma redução na qualidade da informação contábil. Com este achado, a hipótese de pesquisa que visava a melhoria da qualidade da informação contábil com a implementação do NRA, foi rejeitada, uma vez que não se identificou melhorias no atributo observado.

Outro atributo estudado na pesquisa diz respeito ao conservadorismo presente nas demonstrações financeiras antes e após a implementação do NRA. Mediante modelo proposto por Ball e Shivakumar (2005) os resultados das empresas da amostra estudada apontaram para uma melhoria na qualidade da informação contábil uma vez que após a implementação do NRA o nível de conservadorismo foi maior em relação ao período anterior. De acordo com alguns estudos (Pae, Thornton & Welker, 2005, Barth, Landsman & Lang, 2008) um maior nível de conservadorismo eleva o poder informacional dos relatórios financeiros. Este resultado confirma a hipótese da pesquisa quanto à melhoria da qualidade da informação contábil após a implementação do NRA.

O atributo de gerenciamento de resultados foi investigado nesta pesquisa por meio do modelo proposto (modelo 5) utilizando os *accruals* discricionários do modelo de Pae (2005). Esperou-se uma relação negativa estatisticamente significativa do gerenciamento de resultados com o período após a implantação do NRA (2016 a 2018), porém não se confirmou dada a ausência de significância estatística na variável de interesse, indicando que tal implementação não influenciou em uma melhoria para a qualidade da informação contábil. Para este atributo, a hipótese da pesquisa foi, também, rejeitada. Vale destacar que o modelo indicou, ainda, que empresas auditadas por *Big Four* possuem maior tendência à prática de gerenciamento de resultados.

Adicionalmente, o último modelo (modelo 6) foi proposto a fim de observar a influência da natureza dos PAAs, inovação trazida no NRA, sobre a qualidade da informação contábil por meio do atributo de gerenciamento de resultados. Os resultados apontaram para uma relação positiva e significativa entre os PAAs de despesas com os *accruals* discricionários, indicando que em empresas onde as contas de despesas foram relevantes no contexto da auditoria (PAAs), houve uma maior prática de gerenciamento de resultados nas demonstrações contábeis.

Com base nos resultados, pode se observar que os resultados não apontaram necessariamente na mesma direção uma vez que os atributos da qualidade da informação contábil - persistência dos lucros, conservadorismo e gerenciamento de resultados - apresentaram divergências entre si quanto ao reflexo do advento do Novo Relatório do Auditor. Isso corrobora com a premissa de que a qualidade da informação contábil é um tema complexo e que envolve várias dimensões as quais não são facilmente observadas e mensuradas (Isidro & Raonic, 2012). Para pesquisas futuras, sugere-se que sejam investigados os reflexos da adoção do NRA em períodos mais longos, uma vez que esta pesquisa trabalhou com o período imediatamente após a implementação, onde determinados efeitos de ajustamento das empresas podem refletir no comportamento das *proxies* estudadas.

Quanto à literatura, esta pesquisa contribui com estudos de qualidade da informação contábil relacionados com características informacionais do segmento da auditoria independente (Krishnan, 2003, Bartov, Gul & Tsui, 2001, Sengupta & Shen, 2007). Os seus resultados expandem evidências quanto a capacidade de relacionar o gerenciamento de resultados com variáveis extraídas do trabalho do auditor independente, o que ficou claro através da relação encontrada entre a natureza dos PAAs de despesa com maiores níveis de gerenciamento nas firmas aqui estudadas.

Ademais, os processos regulatórios, entendidos nesta pesquisa como mecanismo para maximizar a confiança envolvida nas informações do mercado financeiro, se mostram relevantes e necessários aos estudos de qualidade da informação contábil. Entender os impactos causados nas demonstrações financeiras a partir das novas regulações do segmento da auditoria independente, pode auxiliar os *stakeholders* a construir um entendimento mais assertivo sobre as dimensões do relatório do auditor independente de modo a lhes oferecer um melhor suporte em suas tomadas de decisão a partir das demonstrações contábeis.

REFERÊNCIAS

- Baginski, S. P., Lorek, K. S., Willinger, G. L., & Branson, B. C. (1999). The relationship between economic characteristics and alternative annual earnings persistence measures. *The Accounting Review*, 74(1), 105- 120. doi: 10.2308/accr.1999.74.1.105.
- Ball, R., & Shivakumar, L. (2005). Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. *Journal of Accounting and Economics*, 39(1), 83-128.
- Ball, R., Robin, A., & Wu, J. S. (2003). Incentives versus standards: properties of accounting income in four East Asian countries. *Journal of Accounting and Economics*, 36(1-3), 235-270.
- Barghathi, Y., Collison, D., & Crawford, L. (2018). Earnings management and audit quality: stakeholders' perceptions. *Journal of Management and Governance*, 22(3), 629-659.
- Barros, L. A. B. C., Junior, F. H. F. C., Silveira, A. D., & Bergmann, D. R. (2010). A questão da endogeneidade nas pesquisas empíricas em finanças corporativas: principais problemas e formas de mitigação. Social Science Research Network.
- Barth, M. E., Landsman, W. R., & Lang, M. H. (2008). International Accounting Standards and accounting quality. *Journal of Accounting Research*, 46(3), 467-498. doi: 10.1111/j.1475-679X.2008.00287.x
- Barth, M. E., Landsman, W., Lang, M., & Williams, C. (2006). Accounting quality: International accounting standards and US GAAP. Manuscript, Stanford University.
- Bartov, E., Gul, F. A., & Tsui, J. S. L. (2001). Discretionary-accruals models and audit qualifications. *Journal of Accounting and Economics*, 30(3), 421-452
- Basu, S. (1997). The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. *Journal of Accounting and Economics*. New York: v. 24, v.1, p. 3-37, dez.
- Basu, S., Hwang, L-S. & Jan, C-L. (2001). Differences in conservatism between big eight and non-big eight auditors. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2428836> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2428836>
- Booak, P., & Omoteso, K. (2016). International standards on auditing in the international financial services centres. *Managerial Auditing Journal*, 31(6/7), 727-747. doi:10.1108/maj-09-2015-1243
- Botez, D. (2017). Updates Regarding Audit Reporting. *Studies and Scientific Researches: Economics Edition*, 0(25) 2017, pp. 71-76, DOI 10.29358/sceco.v0i25.385
- Bratten, B., Causholli, M., & Omer, T. C. (2019). Audit firm tenure, bank complexity, and financial reporting quality. *Contemporary Accounting Research*, 36(1), 295-325.
- Braunbeck, G. O. (2010). Determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil. 129p. *Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade)*. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Brooks, C. (2008). *Introductory econometrics for finance*. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press.

- Brunozi J. A. C., Kronbauer, C. A., Martinez, A. L., Alves, T. W. (2018). BTD anormais, accruals discricionários e qualidade dos accruals em empresas de capital aberto listadas no Brasil. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, Florianópolis, v. 15, n. 35, p. 108- 141, abr./jun, Brasil.
- Chen, H., Tang, Q., Jiang, Y., & Lin, Z. (2010). The role of accounting standards: evidence from the European Union. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 21(3), 1-57. doi: 10.1111/j.1467-646x.2010.01041.x
- Cho, M., Ki, E., & Kwon, S. Y. (2015). The Effects of Accruals Quality on Audit Hours and Audit Fees. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 32(3), 372–400. doi:10.1177/0148558x15611323
- Clarkson, P.; Hanna, J. D.; Richardson, G. D.; Thompson, R. (2011). The impact of IFRS adoption on the value relevance of book value and earnings. *Journal of Contemporary Accounting & Economics*, v. 7, p. 1-17.
- Coelho, A.C.D. (2007). Qualidade informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil. 240 p. *Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.*
- Cohen, D. A., Dey, A., & Lys, T. Z. (2008). Real and accrual-based earnings management in the pre-and post-Sarbanes-Oxley periods. *The accounting review*, 83(3), 757-787.
- Cohen, Daniel A., Quality of Financial Reporting Choice: Determinants and Economic Consequences (December 2003). Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=422581>
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. (2014). OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.
- Cordoş, G. S., & Fülöp, M. T. (2015). Understanding audit reporting changes: introduction of Key Audit Matters. *Accounting & Management Information Systems/Contabilitate si Informatica de Gestiuine*, 14(1).
- Costa, A. C. O. (2004). Conservadorismo e os países da América do Sul: um estudo da aplicação do conservadorismo em cinco países da América do Sul. 92 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Contábeis, *Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças*, Vitória, ES.
- Danescu, T. & Spatacean, O. (2018). Audit opinion impact in the investors' perception – empirical evidence on Bucharest Stock Exchange, *Audit Financiar*, 16(149), pp. 111-121, DOI 10.20869/AUDITF/2018/149/111.
- DeAngelo, L. (1981). Auditor independence, 'low balling', and disclosure regulation. *Journal of Accounting and Economics*, 3 (2), 113-127.
- Dechow, P. M., SCHRAND, C. M. (2004). Earnings quality. *Charlottesville (Virginia): CFA Institute.*
- Dechow, P. M., Sloan, R. G. & Sweeney, A. P. (1995). Detecting earnings management. *The Accounting Review*, v. 70, n. 2, p. 193-225.

- Dechow, P. M., Ge, W. & Schrand, C. M. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, New York: v.50, n. 2-3, p.344-401, dec.
- Ding, Y., Stolowy, H. (2006). Timeliness and conservatism changes over time in the properties of accounting income in France. *Review of Accounting and Finance*, v. 5, n. 2, p. 92-107.
- Fathi, J. (2013). The determinants of the quality of financial information disclosed by French listed companies. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, 4(2), p. 319-336. DOI: <https://doi.org/10.5901/mjss.2013.v4n2p319>
- Francis, J. R., & Krishnan, J. (1999). Accounting accruals and auditor reporting conservatism. *Contemporary Accounting Research*, 16(1), 135–165.
- Francis, J.R., Maydew, L.E., & Sparks, H.C. (1999). The role of Big 6 auditors in the credible reporting of accruals. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*. 18(2), 17–34.
- Gaio, C. (2010). The relative importance of firm and country characteristics for earnings quality round the world. *European Accounting Review*, 19(4), pp. 693-738. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/09638180903384643>
- Hayes, R., Schilder, A., Dassen, R. & Wallage, P. (1999). Principles of Auditing: An International Perspective.
- Healy, P. M. (1985). The effect of bonus schemes on accounting decisions. *Journal of Accounting and Economics*, v. 7, n. 1, p. 85-107.
- Healy, P. M. & Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting Horizons*, v. 13, n. 4, p. 365-384.
- Healy, P. M.; Palepu, K. G. (2001). Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. *Journal of Accounting and Economics*, v. 31, pp. 405–440.
- Horton, J., Tsipouridou, M. & Wood, A. (2017). European Market Reaction to Audit Reforms. *European Accounting Review*, 1–33. doi:10.1080/09638180.2017.1394203
- Houqe, M. N. H., Van Zijl, T., Dunstan, K. & Karim, A. K. M. W. (2012). The effect of IFRS adoption and investor protection on earnings quality around the world. *The International Journal of Accounting*, 47(3), 333-355. doi: 10.1016/j.intacc.2012.07.003
- Hu, D. (2015). Audit Quality and measurement: Towards a comprehensive understanding. *Academy of Accounting and Financial Studies Journal*, v. 19, n. 1.
- Huguet, D., & Gandía, J. L. (2016). Audit and earnings management in Spanish SMEs. *BRQ Business Re-search Quarterly*, 19(3), pp. 171-187. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.brq.2015.12.001>
- INTERNATIONAL AUDITING AND ASSURANCE STANDARDS BOARD - IAASB. (2013). Exposure Draft. Reporting on Audited Financial Statements: proposed and new revised international standards on audit. Disponível em: <https://www.ifac.org/publications-resources/reporting-audited-financial-statements-proposed-new-and-revised-international>

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS – IFAC. (2011). Enhancing the Value of Auditor Reporting: Exploring Options for Change. Disponível em: <https://www.ifac.org/system/files/publications/exposure-drafts/CP_Auditor_Reporting-Final.pdf>.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS - IFAC. (2015). Reporting on Audited Financial Statements – New and Revised Auditor Reporting Standards and Related Conforming Amendments. Disponível em: <<https://www.ifac.org/publications-resources/reporting-audited-financial-statements-new-and-revised-auditor-reporting-standards>>

Isidro, H., & Raonic, I. (2012). Firm incentives, institutional complexity and the quality of “harmonized” accounting numbers. *The International Journal of Accounting*, 47(4), pp. 407-436. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2012.10.007>

Jones, J. J. (1991). Earnings management during import relief investigations. *Journal of Accounting Research*, 29 (2), 193–228.

Kang, S. & Sivaramakrishnan, K. (1995). Issues in testing earnings management and an instrumental variable approach. *Journal of Accounting Research*. Vol.33, N°2.

Köhler, A., Ratzinger-Sakel, N. V., & Theis, J. (2016). The effects of key audit matters on the auditor's report's communicative value: Experimental evidence from investment professionals and non-professional investors. *Available at SSRN*: <https://ssrn.com/abstract=2838162>

Kolozsvári, A. C. & Macedo, M. A. S. (2016). Análise da influência da presença da suavização de resultados sobre a persistência dos lucros no mercado brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, v. 27, n. 72, p. 306-319.

Kothari, S. P. (2001). Capital markets research in accounting. *Journal of accounting and economics*, 31(1-3), 105-231.

Kouaib, A., & Jarboui, A. (2014). External audit quality and ownership structure: interaction and impact on earnings management of industrial and commercial Tunisian sectors. *Journal of Economics Finance and Administrative Science*, 19(37), pp. 78-89. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jefas.2014.10.001>

KPMG (2015). The New Auditor’s Report: Greater Transparency, More Relevant. *Available from*: <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/cn/pdf/en/2016/12/the-newauditorreport.pdf>.

Krishnan, G.V. (2003). Audit Quality and the Pricing of Discretionary Accruals. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, Vol. 22, 2003

La Porta, R., Lopez-De-Silanes, F., & Shleifer, A. (2008). The economic consequences of legal origins. *Journal of Economic Literature*, 46(2), 285-332. doi: 10.1257/jel.46.2.285

Lee, H. S., Li, X., & Sami, H. (2014). Conditional conservatism and audit fees. *Accounting Horizons*, 29(1), 83-113.

Leuz, C., Nanda, D. & Wysocki, P. D. (2002). Earnings Management and Investor Protection: An International Comparison. *Journal of Financial Economics*, v. 69, n. 3, p. 1–32.

Lev, B. (1983). Some economic determinants of time-series properties of earnings. *Journal of Accounting and Economics*, 5, 31-48. doi: 10.1016/0165-4101(83)90004-6

- Lev, B. (1988). Toward a theory of equitable and efficient accounting policy. *Accounting Review*, 1-22.
- Limperg, T. (1932). Theory of inspired confidence. University of Amsterdam: Netherlands.
- Maijoor, S. & Vanstraelen, A. (2012) “Research opportunities in auditing in the EU, revisited”, *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, vol. 31, no. 1: 115–126
- Martinez, A. L. (2001). “Gerenciamento” dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras. 124 f. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) – Departamento de Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Martins, V. G. (2016). Mispricing dos accruals ou fator de risco? Análise da influência do monitoramento externo no mercado brasileiro. 123 f., il. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, UNB, UFPB, UFRN, João Pessoa.
- Minutti-Meza, M., Gutierrez, E., Tatum, K. W., & Vulcheva, M. (2015). Consequences of changing the auditor’s report: Early evidence from the UK. In Singapur Management University Seminar Series.
- Nelson, M. W., Elliott, J. A. & Tarpley, R. L. (2002). Evidence from auditors about managers’ and auditors’ earnings management decisions. *The Accounting Review*, v. 77.
- Niyama, J. K., Costa F. M., Dantas, J. A. & Borges, E. F. (2011). Evolução da regulação da auditoria independente no Brasil: análise crítica, a partir da teoria da regulação. *Advances in scientific and applied accounting*, v.4, n.2, p.127-161, 2011.
- Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Independente. (2016). NBC TA 200 (R1): Objetivo Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria. *Conselho Federal de Contabilidade*, Brasília.
- Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Independente. (2016). NBC TA 315 (R1): Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e do seu Ambiente. *Conselho Federal de Contabilidade*, Brasília.
- Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Independente. (2016). NBC TA 700: Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis. *Conselho Federal de Contabilidade*, Brasília.
- Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Independente. (2016). NBC TA 701: Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente. *Conselho Federal de Contabilidade*, Brasília.
- Pae, J. (2005). Expected Accrual models: the impact of operating cash flows and reversals of accruals. *Review of Quantitative Finance and Accounting*. Dordrecht, v. 24, n. 1, p. 5-22.
- Pae, J., Thornton, D. B., & Welker, M. (2005). The link between earnings conservatism and the price-to-book ratio. *Contemporary Accounting Research*, 22(3), 693-717.
- Palmrose, Z. (1988). An analysis of auditor litigation and audit service quality. *The Accounting Review*, v. 63, n. 1, Jan.

- Palmrose, Z. (1989) The relation of audit contract type to audit fees and hours. *The Accounting Review*, v. 64, n. 3, Jul.
- Paulo, E. & Martins, E. (2007). Análise da qualidade das informações contábeis nas companhias abertas. *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, São Paulo, SP, Brasil. 31. 1-16.
- Paulo, E. (2007). Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados (Doctoral Dissertation). *Universidade de São Paulo – USP*.
- Paulo, E., Martins, E., & Corrar, L. J. (2007). Detecção do gerenciamento de resultados pela análise do diferimento tributário. *Revista de Administração de Empresas*, 47(1), 46-59.
- Peltzman, S. (1976). Toward a more general theory of regulation. *The Journal of Law & Economics*. v. 19, n.2, p. 211-240.
- Peyper, T. (2017). The New Auditor's Report, *Accountancy SA*, pp. 53-55
- Pinho, R. M. & Costa, F. M. (2008). A Relação entre volatilidade do fluxo de caixa operacional e persistência do lucro nas firmas brasileiras listadas na Bovespa. In: *Convenção dos Contabilistas do Espírito Santo*, I, 2008, Vitória, ES. Anais. Vitória, ES: CRC, ES.
- Pohlmann, Marcelo C. & Alves, Francisco J. S. (2004) Regulamentação. In: Iudícibus, S. D.; Lopes, A. B. (Orgs.). *Teoria avançada da contabilidade*. São Paulo: Atlas. p. 233-273.
- Reis, F. R., Brunozi, A. C., & Lima, B. P. (2018). Gerenciamento de Resultados e Persistência dos Dados Contábeis em Empresas de Capital Aberto Listadas no Brasil. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, set/dez, 2018 DOI: http://dx.doi.org/10.21446/scg_ufrj.v13i3.15368
- Salehi, M. (2010). Evaluating effectiveness of external auditors' report: Empirical evidence from Iran. *Pakistan Journal of Commerce and Social Sciences (PJCSS)*, 4(1), 69-83.
- Schipper, K. (1989) Commentary on earning management. *Accounting Horizons*, v. 3, n. 4, p. 91-102.
- Schipper, K., & Vincent, L. (2003). Earnings quality. *Accounting Horizons*, 17, 97-110.
- Sengupta, P., & Shen, M. (2007). Can accruals quality explain auditors' decision making? The impact of accruals quality on audit fees, going concern opinions and auditor change. *Available at: <http://ssrn.com/abstract=1178282>*
- Shan, Y. G. (2015). Value relevance, earnings management and corporate governance in China. *Emerging Markets Review*, 23, pp. 186-207. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ememar.2015.04.009>
- Sloan, R. G. (1996). Do stock prices fully reflect information in accruals and cash flows about future earnings? *Accounting Review*, 71(3), 289-315.
- Sneller, L., Bode, R. & Klerkx, A. (2017). Do IT matters matter? IT-related key audit matters in Dutch annual reports, *International Journal of Disclosure and Governance*, 14(2) 2017, pp. 139-151. – DOI: <https://doi.org/10.1057/s41310-016-0017-0>

- Soderstrom, N. S., & Sun, K. J. (2007). IFRS adoption and accounting quality: A review. *The European Accounting Review*, 16(4), 675-702. doi: 10.1080/09638180701706732
- Stigler, G. J. (1971). The theory of economic regulation. *The Bell Journal of Economics and Management Science*. v.2, n. 1, p. 3-21.
- Tadros E. (2018). Key audit matters reveal hidden taxes. *The Australian Financial Review*, March, p. 34.
- Takamatsu, R. T. (2011). Accruals contábeis, persistência dos lucros e retorno das ações. 108 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – *Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo*. São Paulo, SP.
- Teoh, S. H. & Wong, T. J. (1993). Auditor size and the earnings response coefficient. *The Accounting Review*, v. 68.
- Tušek, B. & Jezovita, A. (2018). The key audit matters as an element of the independent auditor's report – a booster to the corporate governance. *InterEULawEast: Journal for the International and European Law, Economics and Market Integrations*. 242-276. 10.22598/iele.2018.5.2.9.
- Vasileiadis, V. (2016). A new view of Auditor's Reporting Model - Reducing the information & expectation gap. Dissertação de mestrado. Erasmus School of Economics.
- Vichitsarawong, T., & Pornupatham, S. (2015). Do audit opinions reflect earnings persistence? *Managerial Auditing Journal*, 30(3), 244–276. doi:10.1108/maj-12-2013-0973
- Vinciguerra, B.; O'Reilly-Allen, M. (2004). An examination of factors influencing managers' and auditors' assessments of appropriateness of an accounting treatment and earnings management intentions. *American Business Review*, v. 22 n. 1, jan.
- Viscusi, W. K., Harrington JR., Joseph E., Verson, J. M. (2005). Economics of regulation and antitrust. 4. ed. *Cambridge: The MIT Press*.
- Wakil, G. (2011). Conservatism, earnings persistence, and the accruals anomaly (Doctoral dissertation) *Kent State University*, Ohio.
- Watts, R. L. (2003). Conservatism in accounting part I: explanations and implications. *Accounting Horizons*, v. 17, n. 3, p. 207-221, 2003.
- Watts, R., & Zimmerman, J. (1986). Positive accounting theory. *New Jersey: Prentice Hall*.
- Wyman, P. (2004) "Is auditor independence really the solution?" *The CPA Journal* vol. 74, no. 4: 6–7
- Yoon, S. (2007). Accounting quality and international accounting convergence (Doctor thesis). *Oklahoma State University*, Oklahoma, EUA.
- Zhao, Y. (2010). The audit pricing implications of differential reliability of accruals and cash flows. *The George Washington University*.